

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

Lidiany Azevedo dos Santos

**O acesso e a permanência das/dos estudantes na política de assistência estudantil da
Universidade de Brasília**

Brasília
2016

Lidiany Azevedo dos Santos

**O acesso e a permanência das/dos estudantes na política de assistência estudantil da
Universidade de Brasília**

Trabalho apresentado à Universidade de Brasília para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: **Profa.** Dra. Sandra Oliveira
Teixeira

Brasília

2016

Santos, Lidiany Azevedo dos

O acesso e permanência das/dos estudantes na política de assistência estudantil da Universidade de Brasília / Lidiany Azevedo. — Brasília, 2016.

xx p. : il. ; 30 cm.

Trabalho apresentado à Universidade de Brasília para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Sandra Oliveira Teixeira

1. Expansão do Ensino Superior. 2. Assistência Estudantil. 3. DDS. I. Título II Teixeira, Sandra Oliveira

CDU

Lidiany Azevedo dos Santos

**O acesso e a permanência da
s/dos estudantes na política de assistência estudantil da Universidade de Brasília**

Trabalho apresentado à Universidade de Brasília para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 21 de dezembro de 2016

Sandra Oliveira Teixeira - Orientadora

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Evilasio da Silva Salvador

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Camila Rafaelle Santiago Pereira

Assistente Social na Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre se
esforçou para que eu pudesse chegar até aqui.*

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe que sempre se alegrou com minhas conquistas e me amparou nos momentos mais difíceis. Obrigada pelo amor incondicional que tens por mim.

Ao Pedro Miranda, meu companheiro por ter me amparado durante essa caminhada.

À Beatriz Nascimento, minha amiga que considero como uma irmã, por estar sempre presente em minha vida, e principalmente por ter me apoiado durante esse processo que não foi nada fácil. Obrigada por todos os anos de amizade.

As amigas do curso, que tornaram a permanência na UnB mais agradável, em especial Karoline Barros , Thaís Gentil e Rayane Fernandes pelo suporte emocional e também por dividirem comigo momentos de angústica e abrirem meus sorrisos. Vocês foram fundamentais nessa etapa da graduação.

À minha orientadora, Professora Doutora Sandra Oliveira Teixeira. Agradeço pela disponibilidade em me orientar. Pela paciência com minhas aflições e por não desistir de mim.

Agradeço todas as pessoas que passaram pelo meu caminho que de alguma maneira deixaram coisas boas que levarei para o resto da minha vida.

Muito obrigada!

Resumo

Este trabalho buscou avaliar os programas de assistência estudantil da Universidade de Brasília. Nesse sentido, a pesquisa objetivou compreender como se configuram esses programas visto as constantes contrarreformas sofridas pela política de educação por parte do Estado. Para isso, tem como objetivos específicos: investigar, na literatura científica, acerca das políticas de assistência estudantil visando compreender o contexto social em que a assistência estudantil está inserida; descrever os programas de assistência estudantil oferecidos pela UnB e analisar os programas descritos a partir da adaptação de aspectos analíticos da política social propostos por Boschetti (2009). Assim, o trabalho em questão está dividido em duas partes: a primeira consiste na revisão de literatura, que trata da reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal, além de abordar a política de educação superior e também a regulamentação da Política Nacional de Assistência estudantil (PNAES); a segunda parte consiste na descrição e análise dos programas de assistência estudantil oferecidos pela UnB.

Palavras-chave: Expansão do ensino superior. Assistência estudantil. Diretoria de Desenvolvimento Social.

Abstract

This research aims to evaluate the programs that UnB adopted as part of their social assistance policies for their students. Thus, the research intends to understand how these programs are developed keeping in mind the persistent changes the government implements at superior education policies. The specific objectives of this research are: to investigate the student assistance policies, aiming to understand the programs analyzed, as well as the context in which Student Assistance in Brazil occurs; To describe the Student Assistance Programs that are available at the University of Brasilia (UnB); to analyze such programs using an adaptation of the analysis proposed by Boschetti (2009). This research is divided by 2 parts, the first contains the literature review - about capitalism and the neoliberalism impacts on superior education and their policies, and, additionally, it focuses on the regularization of the main policy of Student Assistance Policy in Brazil, the Política Nacional de Assistência estudantil (PNAES); the second part contains the description and analysis of the Student Assistance Programs offered by UnB.

Lista de quadros

Quadro 1 — Relação entre objetivos específicos e métodos de pesquisa	15
Quadro 2 — Indicadores para avaliação dos programas de assistência estudantil da UnB	16
Quadro 3 — Programas de assistência estudantil ofertados pela UnB	56
Quadro 4 — Indicadores para avaliação do programa “Acesso a língua estrangeira”	57
Quadro 5 — Indicadores para avaliação do programa “Alimentação gratuita no RU”	58
Quadro 6 — Tarifas	59
Quadro 7 — Indicadores para avaliação do programa “Auxílio socioeconômico”	61
Quadro 8 — Indicadores para avaliação do programa “Auxílio emergencial”	62
Quadro 9 — Indicadores para avaliação do programa “Moradia estudantil”	63
Quadro 10 — Indicadores para avaliação do programa “Vale livro”	65

Lista de gráficos

Gráfico 1 — Benefícios (2015)	67
-------------------------------------	----

Lista de tabelas

Tabela 1 — Evolução de vagas via Reuni (UnB).....	50
---	----

Lista de abrevisturas e siglas

CEU	Casa do Estudante Universitário
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
NPPAES	Não Participante do Programa de Assistência Estudantil
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPAES	Participante do Programa de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RU	Restaurante Universitário
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNB	Universidade de Brasília

Sumário

Introdução	12
1 Procedimentos Metodológicos	14
2 Caracterização da Pesquisa	14
3 Percuro e Critérios para a Análise	16
Capítulo I: Reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal no contexto brasileiro	19
1.1 Reestruturação produtiva e exploração do trabalho	19
1.2 A contrarreforma do Estado.....	26
1.3 O conteúdo ideo político do neoliberalismo.....	31
Capítulo II: A política de educação no Brasil e a regulamentação da assistência estudantil no ensino superior	34
2.1 A Política Social nos dias atuais	34
2.2 Democratização do Ensino Superior no Brasil.....	38
2.3 Assistência estudantil.....	43
Capítulo III: O acesso das/dos estudantes à política de assitência estudantil da Universidade de Brasília	48
3.1 Ampliação do acesso aos cursos de graduação na Universidade de Brasília	48
3.2 Assistência estudantil na UnB	52
3.2.1 <i>Acesso a língua estrangeira</i>	57
3.2.2 <i>Alimentação gratuita no Restaurante Universitário — RU</i>	58
3.2.3 <i>Auxílio socioeconômico</i>	59
3.2.4 <i>Auxílio Emergencial</i>	61
3.2.5 <i>Moradia estudantil</i>	63
3.2.6 <i>Vale livro</i>	64
3.3 Análise da assistência estudantil da UnB	65
Considerações finais	70
Referências	71
APÊNDICE A —	78

Introdução

A expansão do ensino superior no Brasil durante o governo Lula da Silva é marcada por avanços e retrocessos. Por um lado possibilitou a ampliação de universidades públicas e de cursos em universidades já existentes, ainda que, por exemplo, tenha elevado a quantidade de estudantes por docente. Por outro lado, essa expansão foi muito mais significativa no setor privado, mediante a criação do PROUNI e ampliação do FIES, que resultou de parcerias público-privadas por meio do financiamento indireto de instituições privadas.

O debate sobre expansão não deve se limitar apenas à ampliação das vagas para estudantes, mas, também deve abordar as condições e os mecanismos para a permanência de estudantes na universidade pública. Tal necessidade advém da desigualdade social no Brasil, que atinge os estudantes advindos das frações mais pauperizadas da classe trabalhadora e, assim, necessitam de suporte para amenizar os efeitos das dificuldades sociais e concluírem os cursos com bom aproveitamento.

Estrada e Radelli (2014) afirmam a necessidade da expansão do ensino superior ressaltando a importância não apenas do acesso, como também a permanência destes estudantes:

Há a necessidade da democratização do Ensino Superior, democratização essa voltada não apenas a ações de acesso à universidade pública gratuita, como também com mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (ESTRADA, RADELLI, 2014, p.1 e 2.)

A partir do contexto sociopolítico em que o Brasil se encontra, nota-se um aprofundamento do desmonte das políticas sociais, que se tornam cada vez mais focalizadas, residuais e seletivas.

Leite (2012) critica o modelo neoliberal que está imposto nas políticas sociais e afirma:

Assim, a universalidade das políticas de assistência é quebrada, bem como a luta e a organização coletiva dos estudantes. Doravante, em consonância com os ditames neoliberais, as políticas destinadas aos pobres serão também pobres. Para recebê-las, o estudante deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir um sem número de condicionalidades. (LEITE, 2012, p.463)

A realização do presente trabalho se faz necessária para um maior aprofundamento em relação às condições atuais do atendimento aos estudantes que necessitam dos programas e auxílios existentes na Universidade de Brasília. Ressalta-se que é indispensável analisar esse aspecto para caracterizar subsídios ofertados pela UnB tanto para o acesso, quanto a permanência dessas pessoas no meio acadêmico.

De acordo com Santos (2010), com a crise econômica nos países centrais, ocorreram profundas reestruturações que atingiram os Estados nacionais, ou seja, houve o declínio do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social) e o neoliberalismo passou a ser considerado o modelo a ser seguido. Além disto, os setores econômicos também sofreram mudanças com o aumento do poder do capital privado que agia livremente em escala global.

No Brasil os impactos foram potencializados, nas palavras da autora:

No Brasil, os impactos dessa crise levaram a escala do desemprego e a geração de processos excludentes a partir da adoção de formas de relação entre capital e trabalho que levam à precarização da condição do segundo - como a flexibilização dos contratos de trabalho, o aumento do emprego informal, da terceirização, entre outras - que foram disseminadas, piorando o quadro de pobreza e exclusão, principalmente nas regiões metropolitanas do país, quadro agravado pela ideologia de “Estado mínimo”. (SANTOS, 2010, p.64)

A política de educação vem sofrendo as consequências da privatização e mercantilização do ensino superior, o que resulta no desmonte do direito à educação e no distanciamento da lógica da universalização.

De acordo com Leite (2012, p.462), diante do contexto neoliberal brasileiro expande-se um contingente de alunos que não consegue se manter na universidade e, com isso, são necessárias políticas de assistência estudantil.

A Universidade de Brasília foi fundada durante a década de 1960 em meio ao cenário de inauguração de Brasília. A instituição foi fundada a partir da perspectiva de um novo modelo de universidade brasileira.

Inicialmente, na UnB, a política de assistência estudantil estava ligada à condicionalidade de participação em algum projeto de natureza acadêmica dos estudantes que dela necessitavam, fundada na lógica da “contrapartida” para acesso à política. Com os debates ao longo da trajetória desta política, ocorreram diversas mudanças, mas sabe-se que ainda é preciso analisar profundamente como esta política de assistência estudantil é implementada, se realmente representa um avanço na política da educação e se contribui para a permanência das/dos estudantes nas universidades.

Portanto, o trabalho em questão procurou compreender quais são os programas de assistência estudantil ofertados pela UnB e como estes programas são estruturados pela DDS. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa buscou caracterizar a natureza desses programas, tendo como objetivos específicos investigar, na literatura científica, acerca das políticas de assistência estudantil; realizar o levantamento dos programas de assistência estudantil

oferecidos pela UnB; identificar a natureza, abrangência e critérios de acesso e permanência dos programas analisados.

1.Procedimentos Metodológicos

Essa seção descreve os procedimentos metodológicos utilizados para realização da presente pesquisa. Salienta-se que Minayo (1994) entende que a pesquisa se configura como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade.

1.2. Caracterização da pesquisa

A pesquisa científica pode ser realizada a partir de uma grande variedade de métodos. Por isso, é necessária a classificação das pesquisas quanto à finalidade, tipo, origem de dados, local de realização, natureza, temporalidade e delineamento (APPOLINÁRIO, 2006).

Existem dois tipos de pesquisa para Appolinário (2006) quanto à profundidade: a pesquisa experimental e a pesquisa descritiva. O autor conceitua a primeira como a pesquisa que tem por objetivo explicar o motivo pelo qual ocorre determinado fenômeno e manipula deliberadamente algum aspecto da realidade; já a pesquisa descritiva descreve e interpreta a realidade sem nela interferir, além de não estabelecer relações de causalidade. Esta pesquisa é classificada como descritiva de acordo com as definições apresentadas.

Quanto à finalidade, Kauark, Manhaes e Medeiros (2010) apontam que a pesquisa científica pode ser classificada como básica ou aplicada. A pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, além de envolver verdades e interesses universais. Já a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Assim, a presente pesquisa é classificada como básica haja vista a necessidade de fundamentação teórica acerca do tema devido à realização de poucas pesquisas na área, pois a questão da assistência estudantil no ensino superior tem sido marcada pela crescente demanda por esta política considerando o contexto do crescimento vultoso das IES e a expansão do ensino superior público.

Quanto às estratégias de coleta de dados, pode-se afirmar que esta é uma pesquisa de campo, visto que utilizou dados provenientes de fonte documental e diversas outras que são: o

site da UnB, Relatórios de Gestão Anual da UnB, Editais próprios dos programas de assistência estudantil, além de 2 entrevistas presenciais com a diretora da DDS e também com uma assistente social da CEU.

Quanto à temporalidade, a pesquisa é classificada como transversal ou longitudinal. Esta pesquisa é longitudinal, pois acompanha a trajetória da política de assistência estudantil na UnB. Para fins de análise, os programas foram analisados a partir do ano de 2010, pois estes foram regulamentados em âmbito federal a partir do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que determina a execução do PNAES.

Utiliza a abordagem qualitativa para análise dos dados, posto que a aplicação dos indicadores de Boschetti (2009) prevê a análise dos programas de assistência estudantil da UnB a partir de aspectos que ditam a qualidade dos programas ofertados, avaliando se a qualidade dos programas é suficiente para atender a demanda dos estudantes da UnB.

Assim, esta pesquisa é caracterizada, quanto à finalidade, como básica; quanto à profundidade, é descritiva; quanto à origem dos dados, de campo com fase documental; quanto ao local de realização, em campo; quanto à natureza, qualitativa; quanto à temporalidade, é uma pesquisa longitudinal. Abaixo, no Quadro 1, podemos ver a relação entre os objetivos e seus respectivos métodos de pesquisa adotados:

Quadro 1 - Relação entre objetivos específicos e métodos de pesquisa

Objetivos específicos	Fontes de coleta de dados	Método utilizado
Investigar, na literatura científica, acerca das políticas de assistência estudantil;	Literatura especializada da área: bibliografias, livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias e anais de congresso.	Fase documental; objetivo tratado na revisão de literatura.
Realizar o levantamento dos programas de assistência estudantil oferecidos pela UnB;	Editais, atos da reitoria e normativas próprias da DDS.	Fase documental.
Identificar a natureza, abrangência e critérios de acesso e permanência dos programas analisados.	Programas de Assistência Estudantil da UnB	Técnica de coleta de dados: entrevista semiestruturada realizada com assistentes sociais da DDS; leitura dos documentos.

Fonte: Elaboração própria. (2016)

1.3 Percuso e Critérios para análise

Foram aplicados os indicadores elaborados por Boschetti (2009) para realização da análise dos programas de assistência estudantil da UnB. De acordo com a autora, as políticas sociais não são apenas espaços de disputas de tomadas de decisão, mas constituem o complexo contraditório de regulação política e econômica das relações sociais.

Para Boschetti, análise das políticas sociais deve buscar a superação de enfoques restritos, unilaterais, utilizados para explicar sua emergência, funções ou implicações. Nesse sentido, a análise sob o enfoque do método dialético proposto por Marx, permite a compreensão dos fenômenos sociais na perspectiva da totalidade.

Nessa perspectiva os fenômenos sociais – neste caso, as políticas sociais – **não podem** ser analisados como fenômenos estanques ou imutáveis. A autora aponta elementos fundamentais para explicar o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais. O primeiro trata da natureza do capitalismo, o segundo aborda o papel do Estado e o terceiro é o papel das classes sociais. A partir desses elementos permeiam e estruturam as avaliações das políticas sociais.

Sendo assim, a escolha desse esquema de análise foi feita com o objetivo de facilitar a análise da política de assistência estudantil. Além disso, Boschetti (2009) entende que os indicadores propostos são fundamentais para explicar o surgimento e desenvolvimento desta política. Entretanto, foi necessária a alteração de alguns dos critérios e indicadores por ela elaborados para que a análise destes programas fosse feita. Assim, os indicadores adotados foram os seguintes:

1. Indicador 1 - natureza e tipo dos programas analisados
2. Indicador 2 - Abrangência dos programas analisados;
3. Indicador 3 - Critérios de acesso e permanência nos programas analisados;

Cada indicador elaborado por Boschetti (2009) é composto por alguns critérios sugeridos de avaliação das políticas, programas e projetos sociais. Nesta pesquisa, tomando como referência estes critérios, a análise foi feita a partir do quadro a seguir (Quadro 2) que engloba os indicadores utilizados e seus respectivos critérios de análise:

Quadro 2 - Indicadores para avaliação dos programas de assistência estudantil da UnB

INDICADOR 1 - Natureza dos Programas			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou norma			

própria da DDS/UnB			
Caráter Universal			
Pecúnia			
Programa Contínuo			
INDICADOR 2 - Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB			
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa			
INDICADOR 3 - Critérios de Acesso e Permanência			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Critério de Renda			

Fonte: Elaboração própria. (2016)

Assim, é possível observar que o Indicador 1 é composto pelos critérios de

- Reconhecimento por legislação ou semelhante;
- Caráter dos programas quanto à universalidade ou seletividade;
- Forma do benefício: em pecúnia financeira ou prestação de serviço;
- Temporalidade do programa: se contínuo ou momentâneo;

Tendo em vista que estes critérios foram definidos com objetivo de a) analisar se os programas são reconhecidos por legislação ou normativa da DDS/UnB, visando verificar se o usuário dos programas é amparado legalmente e pode reclamar se necessário; b) saber se os programas oferecidos visam atender a todos os que necessitam destes ou se dão de maneira focalizada, excluindo parte de seu público-alvo; c) caracterizar os programas analisados quanto à forma do benefício; d) caracterizar os programas quanto à temporalidade com o intuito de analisar se o programa é efetivo no auxílio aos seus usuários ou se dá de modo clientelista.

O indicador 2 é composto por um único critério, o número de pessoas que utilizam dos programas ofertados pela UnB. Este critério é importante para verificar a abrangência dos programas de assistência estudantil oferecidos pela universidade e analisar se, de fato, os programas atendem a quem se propoem a atender.

O último indicador, de acesso e permanência, visa revelar, segundo Boschetti (2009), a intencionalidade e capacidade de inclusão/exclusão do acesso a estes programas. É composto por dois critérios

- Presença de contrapartidas;
- Critério de corte quanto à renda do público-alvo.

Estes critérios têm por objetivo analisar se os programas da DDS são ofertados como direito garantido ou conquistado mediante contrapartidas variadas. É fundamental analisar os programas a partir deste ponto de vista, pois a utilização de contrapartidas dentro dos programas muitas vezes se torna obstáculo, pois, dependendo da contrapartida adotada, os usuários destes programas acabam tendo seus direitos não efetivados pelos próprios programas que deveriam efetivá-los.

Diante do exposto, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: a revisão de literatura é composta por 2 capítulos. O primeiro aborda a reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal no contexto brasileiro.

O segundo capítulo trata da política de educação no Brasil e da regulamentação da assistência estudantil no ensino superior. Além de trazer à tona a trajetória da política social até os dias atuais, bem como a expansão do ensino superior no Brasil.

O último capítulo consiste na descrição e análise da assistência estudantil e dos programas disponibilizados pela Universidade de Brasília para auxiliar aqueles estudantes que necessitam do apoio destes programas para concluírem suas graduações.

Capítulo I

Reestruturação capitalista e a ofensiva neoliberal no contexto brasileiro

O presente trabalho trata da assistência estudantil na UnB. Porém, é impossível fazer a análise dessa política sem antes compreender todo o contexto social, econômico e histórico em que a assistência estudantil se insere. Nesse contexto, faz-se necessário trazer à tona um pouco do cenário ideopolítico do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e do uso do fundo público como forma de garantir a supremacia do mercado.

1.1 Reestruturação produtiva e exploração do trabalho

As relações sociais de produção e reprodução na sociedade capitalista, marcada por contradições existentes entre o capital e trabalho, são determinantes nas mutações societárias. Pereira (2008) observa que, no século XXI, é visível a expansão do efetivo de estudantes, a mercantilização da educação, retração da participação direta da estação estatal no nível superior da educação e também um aumento do vínculo entre setores empresariais com a pesquisa, não necessariamente no âmbito acadêmico.

A autora ainda afirma que, num primeiro momento, essas observações podem ser explicadas pela globalização e pelas novas exigências do mercado de trabalho que demandam maior qualificação dos trabalhadores, que buscam mais conhecimento para se tornarem mais empregáveis em relação aos demais trabalhadores concorrentes. Isso tem sido adotado como justificativa para a abertura do ensino superior ao setor privado, principalmente nos países pobres.

Destaca-se que o desenvolvimento do sistema capitalista impacta a forma de produzir, e conseqüentemente, às relações trabalhistas e a educação. O capitalismo exerce influência não só nos aspectos supracitados, mas também influencia o modo de agir e pensar das pessoas, bem como a mercantilização das relações sociais.

Alves (2000) argumenta que a ampliação da acumulação capitalista desenvolve-se a partir da mundialização do capital e isso incide diretamente na estruturação do mundo do trabalho. Segundo o autor, esse fenômeno aparece como ofensiva do capital nos modos de produção, bem como na acumulação capitalista.

De acordo com Harvey (2004), o regime de acumulação pode ser descrito como algo dividido entre “acumulação e consumo”, e com isso, o sistema capitalista possui a capacidade

de influenciar nas ações, vontades e desejos, tanto do trabalhador, como também os capitalistas. Segundo ele esta capacidade é importante para o funcionamento do sistema.

Nesse sentido, salienta-se que “o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter “neutro” na perspectiva de luta de classes.” (ALVES, 2000, p.09). Observa-se que este complexo visa estabelecer um novo nível de acumulação e, conseqüentemente o enfraquecimento de pautas da classe operária. Isso posto, atua não só no aspecto objetivo, mas também no âmbito subjetivo, ou seja, a lei de acumulação capitalista resulta na “precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe” (ALVES, 2000, p.18)

Sobre mundialização do capital, entende-se uma nova fase do capitalismo, o “robustecimento ontológico do “sujeito” capital no plano mundial. Ele – o capital – impõe-se como “capital em geral” e não propriamente como capital em suas formas particulares” (ALVES, 2000, p.19)

Dessa forma, Ianni (1998) aborda a questão da contradição. Nas palavras do autor, “no capitalismo, os antagonismos fundados nas relações econômicas adquirem preeminência sobre todos os outros, enquanto determinação estrutural”. (IANNI, 1998.) Ademais, nos estudos de Marx, frequentemente verifica-se o caráter das classes sociais e as condições e conseqüências dos antagonismos existentes. Para ele estas contradições são inerentes a existência e sobrevivência do sistema vigente. Aqui ele salienta a existência de duas classes, que são fundamentalmente conflituosas, são elas a burguesia e o proletariado.

Neste contexto, a burguesia¹ representa a classe dominante onde “é a classe revolucionária que constrói o capitalismo, depois de ter surgido com o desenvolvimento e a desagregação das relações de produção do feudalismo.” (IANNI 1998) e a outra seria o proletariado, que “luta para criar a sociedade sem classes, no socialismo” (IANNI 1998)

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2012) afirmam que o movimento de produção e reprodução do capital baseado nos antagonismos das relações sociais corroboram para a exploração da força de trabalho.

Ressalta-se que entende-se por capitalismo, sistema de mercantilização universal onde produz-se mais-valia, ou seja, mercantiliza-se as relações sociais, bem como a força de

¹ De acordo com Marx a sociedade se divide em duas classes, são elas a burguesia e o proletariado. Entende-se por burguesia a classe social que detém os meios de produção e obtém lucro a partir da exploração da outra classe social chamada de proletariado, que pode ser definida como a classe de trabalhadores que não possui os meios de produção e, portanto se constitui como classe explorada pela burguesia.

trabalho que é responsável por produzir a riqueza. Marx (1987) traduz isto em sua obra quando afirma que “o capital produz essencialmente capital e isto somente na medida em que ele produz mais-valia.”

Outro aspecto que merece destaque é o papel da burguesia de demonstrar uma ideia errônea da mercadoria, ou seja, ela apresenta a mercadoria de forma coisificada de modo a apresentar-se como algo independente do produtor e das relações de produção.

Neste sentido, Marx (1987) delinea a sua visão do capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes sociais revolucionárias e antagônicas, pois, enquanto uma instaura o capitalismo, a outra começa a lutar pela destruição do regime no próprio instante em que aparece. Assim, ao produzir mais-valia, o proletariado luta para suplantar essa situação porque aparece alienado no produto do seu trabalho enquanto a burguesia começa a deixar de ser revolucionária na ocasião em que se constitui porque aparece, desde o princípio, como a classe que se apropria da mais-valia; nesse instante, passa a preocupar-se principalmente com a preservação e o aperfeiçoamento do status quo. Por dentro da revolução burguesa começa a formar-se, portanto, a revolução proletária.

A partir desta breve introdução sobre o modo de produção capitalista, e suas implicações, torna-se essencial compreender de que forma as relações sociais modificaram-se no contexto brasileiro com início na década de 1980.

Ao analisar a dinâmica do mercado de trabalho do ponto de vista histórico, Santos (2008, p. 14) buscou delinear os limites determinantes das contradições entre capital e trabalho no Brasil que, segundo ela, se constituem como eixo analítico fundante da “questão social”.

A autora demonstra que as características do mercado de trabalho brasileiro estão intimamente relacionadas a alta rotatividade no uso da mão de obra, facultada aos empregadores pela legislação brasileira historicamente, embora em graus diferenciados, a depender da correlação de forças determinada pelos diferentes momentos da luta de classes no país. Há mais aspectos analíticos da tese de Josiane que foram subtilizados por aqui. Por exemplo, mais de 50% da população economicamente ativa fora do mercado de trabalho antes da Constituição Federal de 1988.

Alves (2000) pontua que esse período foi crucial para a implementação e consagração do modelo de produção capitalista que resultou na flexibilização produtiva.

Para uma melhor compreensão do assunto, é importante entender a classe trabalhadora de maneira ampliada, ou seja, consiste em uma completude em que estão inseridos homens e mulheres assalariados, e como não detém os meios de produção, necessitam vender sua força

de trabalho para sobreviver. Atualmente, se inserem também além dos trabalhadores das indústrias, os trabalhadores domésticos e rurais na “classe-que-vive-do-trabalho”.

Nas palavras de Antunes e Alves:

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho (2004, p. 343).

Destaca-se que o desenvolvimento da acumulação flexível representou uma ofensiva do capital no modo de produzir, que tinha como objetivo a construção de um novo patamar de acumulação em larga escala e isso influenciou na debilitação dos modos de trabalho e, portanto, passou por diversos cenários, e segundo Alves:

Sob o impulso da mundialização do capital, houve o desenvolvimento da acumulação flexível, um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais. Tal modo de acumulação decorre da necessidade de o capital reconstituir sua base de valorização, debilitada não apenas pelo desenvolvimento da Terceira Revolução Tecnológica (que pressionou a lucratividade das corporações transnacionais pelo aumento da composição orgânica do capital), mas também pela constituição do Welfare State, pelas barreiras à usurpação capitalista, erguidas no interior do próprio sistema produtor de mercadorias nos países capitalistas centrais durante o pós- Segunda Guerra Mundial (2000, p. 16-17).

Harvey (2009) afirma que existem duas áreas que dificultam o andamento do sistema capitalista, a primeira consiste na dificuldade em manter os preços estáveis no mercado e a segunda baseia-se na execução do controle sobre o emprego da força de trabalho, visando gerar valor na produção, e com isso obter mais lucros. Nas palavras de Netto (2012):

Nota-se que ocorreram determinantes transformações nas sociedades emergentes a partir da década de 1970 e tinha o capitalismo contemporâneo como sistema vigente. Segundo o autor, estas transformações se vinculam ao chamado “mundo do trabalho” e são “transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970” (NETTO, 2012, p. 417).

A respeito das características essenciais do sistema capitalista, Ianni (1998) pontua que o regime em questão se constituiu de maneira peculiar, e remete-se a uma condição histórica própria. Segundo ele, por se tratar de um modo de produção concreto, “pressupõe, como condição histórica, uma determinada fase das forças sociais produtivas e de suas formas de desenvolvimento” (IANNI, 1998, p. 75).

Ianni (1998) destaca que o capital apresenta-se como uma distribuição, que se caracteriza pela “expropriação dos operários das condições de trabalho, a concentração dessas condições de trabalho em mãos de uma minoria de indivíduos, a propriedade exclusiva sobre o solo em favor de outros indivíduos”.

Ademais, o regime capitalista de produção se diferencia de acordo com duas características, onde a primeira refere-se aos produtos produzidos que adquirem caráter de mercadorias. Destaca-se que aqui o trabalhador aparece vendendo a mercadoria e, por conseguinte, a segunda característica apresenta-se como mais-valia.

Antunes (1997) ao discorrer sobre a reestruturação produtiva aponta que a partir do final da década de 70 e principalmente o início da década de 80, os países capitalistas sofreram diversas transformações quanto ao modo de produção e particularmente, no que se refere ao mundo do trabalho.

Foram tão intensas as modificações que se sucederam no processo de trabalho e de produção capitalistas, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES,1997 p. 71).

Neste viés, ocorreram novos processos de trabalho, onde buscou-se produzir em maior quantidade em menor escala de tempo. Assim, ganhou espaço a flexibilização da produção. Nesse momento o fordismo e o taylorismo se inserem com vista a atender única e exclusivamente os interesses do mercado.

Destaca-se que o fordismo teve início em 1914 nas linhas de montagens das fábricas automobilísticas e de acordo com Behring (2003), este modelo consistia na linha de montagem de base técnica eletromecânica e possuía uma estrutura organizacional hierarquizada além de uma relação salarial que visava a produção em massa, para um consumo em massa. Contudo, cabe ressaltar que após este momento, o modelo começou a perder espaço para a acumulação flexível que se caracteriza principalmente pela microeletrônica digital miniaturizada.

Diante disso, buscou-se a precisão da produção, ou seja, criou-se uma articulação entre descentralização e avanço tecnológico. Esse movimento corroborou para a mudança de um sistema antes vertical, para um modelo horizontalizado e descentralizado.

Neste cenário, Antunes (1997 p. 72) ao discorrer sobre os direitos do trabalho aponta que são desregulamentados e flexibilizados e transformam o capital como instrumental necessário para se adequar a essa fase. Assim sendo, direitos e conquistas no que se refere ao mundo do trabalho subtraídos do mundo da produção e assim, há a substituição do taylorismo pelo estranhamento do trabalho, através da apropriação por parte do capital. Dessa forma, o operário “faz pelo e para o capital”, havendo assim a efetivação da manipulação.

No contexto em que essas transformações ocorreram, observa-se que o trabalho regular perde lugar para a terceirização e precarização do modo de trabalho. Isso corroborou

para o que o autor chama de metamorfoses na forma de ser do trabalho. Contudo, isso colaborou para o abandono de perspectivas emancipatórias, anteriormente notadas nos sindicatos. Nesse momento, verificou-se o abandono do sindicalismo de classe e com isso houve uma menor resistência por parte da classe trabalhadora enquanto sujeito no que se refere aos questionamentos acerca das imposições deste modelo de produção.

A retração do binômio taylorismo/fordismo resultou na diminuição de trabalhadores da indústria, que eram especializados diferenciando de épocas anteriores que era representado majoritariamente por este modelo de “trabalho”. Isto ocorre graças à “reestruturação produtiva do capital”. Este cenário abre caminho para novas formas de ‘trabalho’ que se caracterizam principalmente pela desregulamentação de direitos e corrobora para a diminuição de organizações de trabalhadores que antes se “estruturavam por meio de empregos formais” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 336).

O que se percebe é um novo modelo de trabalho no ambiente fabril, tem-se o aumento de trabalhos precarizados, que segundo os autores são os subcontratados e terceirizados. Diante disto, nota-se que este modelo vem se expandindo em escala global. Salienta-se que em períodos anteriores a este contexto, estes “sub-empregos” eram destinados aos imigrantes, porém com o advento da expansão capitalista vem atingindo também os “remanescentes” do taylorismo/fordismo.

Destaca-se que o modelo fordista pode ser compreendido como o modelo em que pautava pela produção em massa, acreditando que isto faria com que a população consumisse em massa. Segundo Harvey se tratava de uma sociedade “racionalizada, modernista e populista” (2009, p. 122).

Neste sentido, o constante desmonte do Estado Social nos países centrais associado à expansão do desemprego à ampliação de postos de trabalho informais, ocasionou o aumento terceirização e conseqüentemente, subempregos.

Outra tendência que pode ser observada neste novo modelo de trabalho é a progressiva exclusão de jovens com idades compatíveis ao mercado de trabalho. De acordo com Antunes e Alves “sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural” (2004, p. 339).

Além disto, há a exclusão dos trabalhadores mais velhos com idades superiores aos 40 anos, que são considerados “lentos” ou até mesmo inaptos para o trabalho. Muitas pessoas que perdem seus empregos com idade próxima a esta, dificilmente consegue retornar ao mercado formal. O que ocorre na realidade é a busca por um perfil diferente do trabalhador do

modelo fordista que era especializado, substituído pelo perfil desejado “trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era toyotista”.

No contexto de reestruturação produtiva do capital, no Brasil passou a sofrer com o desemprego, o que acarretou no aumento da precarização do trabalho, onde se pode destacar o trabalho terceirizado e o trabalho flexível.

Nas palavras de Antunes (2001, p.38):

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano.

A partir destes apontamentos, sabe-se que as transformações societárias acontecem pontualmente em períodos de crise do sistema corrente. Neste viés, destaca-se o fim do modelo liberal para o início do neoliberalismo.

Pereira (2008) afirma que para os neoliberais, a desigualdade se constitui em um valor positivo e a intervenção do Estado para a garantia de melhores níveis de igualdade gera a acomodação dos indivíduos. Para eles, somente a liberdade de mercado potencializa as suas qualidades. Assim, um dos objetivos da lógica neoliberal é travar uma batalha cultural contra a noção do direito construída ao longo dos séculos XIX e XX. A dualidade da sociedade não é vista como problema, pois os indivíduos concorrem entre si e a meritocracia é vista como o argumento legitimador do fato de algumas pessoas se sobressaírem a outras e vencerem no mercado.

Ao dicutir sobre a implantação do neoliberalismo, Netto (2012, p.22) afirma:

Em resumidas contas, o velho liberalismo entrava para o museu das antiguidades: tanto no plano econômico (onde a doutrina é melhor desgnada, como querem os italianos, desde a polêmica dos anos vinte, entre Einaudi e Croce, como liberalismo) entronizando o mercado com a instância societal mediadora por excelência, quanto no plano político, sacralizando o Estado mínimo, as concepções mais lididamente liberais experimentavam um total descompasso com a dinâmica própria à ordem do capital.

Netto expõe que a essência do neoliberalismo consiste em “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável”, ou seja, o Estado aparece como “mínimo”, e de acordo com os neoliberais, só assim seria possível chegar à democracia de fato.

Sobre a influência exercida pelo modelo neoliberal nas relações de trabalho, o autor aponta ainda que:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos cir-

cuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (NETTO, 2012, p.417)

Em suma, o mundo do trabalho passou por diversas modificações, e isso acarretou numa expansão do trabalho precarizado, ou seja, os contratos temporários e os subempregos. Isso corroborou para a diminuição de mobilizações de grupos de trabalhadores e, conseqüentemente na perda de direitos que sempre foram escassos para esta classe social que vive apenas da venda de sua força de trabalho.

2.2 A contrarreforma do Estado

O processo de acumulação capitalista passou por diversas transformações entre os séculos XIX e XX. Diante disto salienta-se o papel que o Estado vem exercendo durante os momentos supracitados.

Ianni (1998) aborda a discussão trazida por Marx sobre as relações do Estado com a sociedade civil, em que inicialmente são compreendidas as dimensões políticas destas relações. Afirma que o “Estado e a sociedade não são politicamente distintos; que o “Estado é a estrutura da sociedade”; mas o Estado não é a expressão harmônica e abstrata da sociedade. Ao contrário, já se constitui como um produto de contradições políticas” (IANNI,1998, p. 31).

O Estado não se constitui exclusivamente como um órgão da classe dominante, ou seja, ele deve também responder aos movimentos dos demais integrantes da sociedade, incluindo aqui todas as classes sociais. O Estado obtém contornos mais ou menos nítidos e mostra-se vinculado diretamente ou indiretamente aos interesses da burguesia de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e demais relações de produção e reprodução da sociedade.

Ao debater acerca da relação entre capitalismo, Estado e sociedade, Marx (1987) aponta que o conjunto do processo de produção de mais-valia, de reprodução ampliada do capital ou mercantilização universal das relações, pessoas e coisas somente pode ser compreendido se a análise apreende também o Estado, como uma dimensão essencial do capitalismo.

Diante disto, foram estabelecidas algumas funções para o Estado durante o período em que os modelos citados vigoraram, que de acordo com Behring (2003) serviram de pilares para o avanço do consumo e emprego. São eles:

A promoção de uma política expansiva e anticíclica, a articulação de um aparato produtivo autônomo, a garantia dos serviços públicos, a dotação de infra-estrutura, a realização de alguma redistribuição de renda por meio de prestações sociais na forma de direitos, tudo isso fundado numa elevada produtividade e rentabilidade do capital (BEHRING, 2003, p. 58).

Todavia, após este período, com o neoliberalismo, iniciaram-se críticas ao Welfare State com o argumento de que o modelo colaborava para a baixa produtividade e a lógica do neoliberalismo era basicamente mais mercado livre e menos Estado social.

Ao mesmo tempo em que ocorre a reestruturação produtiva, há uma contrarreforma do Estado, que pode ser maior ou menor de acordo com as escolhas políticas dos governantes e a maneira que a relação com as classes sociais está posta. Behring (2013) explica o motivo de se tratar de uma contrarreforma, pois baseia-se nos objetivos do neoliberalismo, que resulta principalmente em retrocessos, quanto aos direitos sociais e políticos na vida dos trabalhadores, bem como a implicação na participação política desta população.

Sendo assim, nas palavras da autora:

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/ condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2013 p. 59).

Neste viés, o Estado nacional se restringe a atender determinadas demandas do mercado e atua muitas vezes contribuindo para a desregulamentação, tudo isso em nome da concorrência, reforçando assim a ideologia neoliberal.

No âmbito trabalhista, o Estado exerce papel fundamental quanto a garantia da ideologia neoliberal. Behring (2013) discute sobre este movimento e, de acordo com ela, “diminuição de parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade” (BEHRING, 2013, p.59). Destaca-se aqui as privatizações e o desmantelamento do setor público.

Há aqui uma grande contradição do que seria o papel do Estado, pois o mesmo deveria representar os interesses da maioria da população, contudo o que ocorre é o atendimento de interesses da classe dominante, buscando o favorecimento das demandas do mercado.

Nesse sentido, Salvador (2012, p.5), pontua que no capitalismo há uma concorrência na sociedade por recursos do fundo público. O autor destaca que o orçamento público consiste

em um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade que buscam inserir seus interesses. Os interesses dentro do Estado capitalista ocorrem no âmbito privado.

Ademais, Salvador (2012) destaca ainda a função do orçamento público, que segundo ele é o responsável por garantir que se concretize ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo. O fundo público deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais. Contudo, há uma canalização desses recursos para o capital.

Segundo o autor, no caso do Brasil ocorre uma apropriação dos fundos públicos para a valorização e acumulação do capital vinculado à dívida pública, ou seja, há a desoneração tributária dos setores que mais lucram e parcelas importantes das arrecadações são destinadas ao pagamento de juros da dívida.

Sob esta ótica, salienta-se que o movimento de mundialização vivido pelo sistema capitalista e os modos de produção modifica as condições em que o Estado sistematiza os acordos feitos com toda a sociedade. Aqui a lógica de Estado tende a dificultar o acesso da maioria, visando uma pequena parcela da população, especialmente as frações rentistas da burguesia, diminuindo assim o controle democrático.

Em tempos de mundialização há diminuição de dimensões democráticas, que conseqüentemente fortalece a “hegemonia burguesa no interior do Estado” (BEHRING, 2003, p. 60), corroborando assim com o modelo neoliberal de governo, que se caracteriza por políticas que produzem “uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo” (BEHRING, 2003 p. 60).

Neste sentido, Chesnais(2001) afirma que “Os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é “exterior” ao “mercado” (CHESNAIS, 2001, p. 10). Sob esta ótica, nota-se que este contexto corrobora para o aumento das desigualdades sociais, como a acentuação na hierarquização existente entre as classes sociais.

Sendo assim,

Há uma perda de coerência entre Estado, aparelho produtivo, moeda e sociedade, produzida pelo referido fracionamento e pelos movimentos de deslocalização do capital internacional, que terminam por requerer um Estado forte que enfatiza “ a lei e a ordem” presidindo os grandes equilíbrios” sob o olhar vigilante das instituições financeiras (BEHRING *apud* HUSSON, 1999, p. 60).

Ademais, Chesnais (2001) complementa sobre a relação existente entre Estado e Mercado da seguinte maneira:

O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7. Graças a medidas cujo ponto de partida remonta a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979-1981, o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e conseqüências estratégicas.⁹ Foi por meio delas que a difusão internacional da “revolução conservadora” fez-se através da Europa continental e do Japão. Na França, foram as reformas do mercado financeiro e a regulação bancária de 1984-1986, sob os ministérios de Pierre Bérégovoy e de Edouard Balladur, que abriram a via para a dominação atual dos mercados financeiros (CHESNAIS, 2001, p. 10).

Cabe aqui ressaltar que o cenário de grandes monopólios financeiros e industriais cria blocos de poder influentes nas políticas dos Estados nacionais, regidos por grandes grupos e organizações. Behring (2003) destaca o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que colaboraram para o estímulo da competitividade da economia para exportação, resultando assim no bloqueio de crescimento de salários, bem como dos direitos sociais. Além disto, aplicam altas taxas de juros.

Destaca-se ainda que o Banco Mundial desempenhou papel fundamental no que tange a propagação das ideologias neoliberais. Dito isto, a década de 1980 foi marcada por um forte ajuste fiscal, resultando assim no enfraquecimento da democracia.

Salienta-se que, durante a década de 80, o Brasil também presenciou uma grande crise econômica, porém, com uma forte mobilização dos movimentos sociais, o que possibilitou a garantia, no texto Constitucional de 1988, de uma série de direitos sociais até então nunca contemplados pelo Estado brasileiro (SOARES, 2007, p. 3). Dentre os direitos conquistados, merecem destaque a Seguridade Social, composta pela tríade Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

No entanto, apesar destes avanços, nos anos seguintes a população passou a enfrentar diversos desmontes no que se refere aos direitos sociais. Nos grifos de Yamamoto,

Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evita-se qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional, que assume novas características na América Latina. Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica no país se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares, no recurso freqüente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado a favor dos interesses dominantes (COUTINHO *apud* IAMAMOTO, 1989, p. 122).

Diante disto, Behring salienta que o processo de “reforma” possibilitado por meio de lutas populares no ano de 1988 a partir da Constituinte, foi seguido de um grande retrocesso e regressão nos direitos sociais, o que resultou na contrarreforma do Estado.

Ressalta-se que a partir dos apontamentos de Pereira (2008, p. 52), o processo global da crise capitalista iniciou a disputa pelo fundo público dos Estados de bem-estar social nos países centrais, na América Latina e a exaustão da ideologia desenvolvimentista e o avanço dos preceitos neoliberais por todo o mundo. Nesse sentido, a educação passou a ser reduzida como mecanismo de “alívio da pobreza”, tornando-se mercadoria para atender as necessidades expansionistas do capital.

Este cenário faz com que a democracia não avance, e na verdade ocorra uma deslegitimação dela. A exemplo disto, tem-se a América Latina que viveu políticas extremamente desfavoráveis para sua população, destacando o Brasil que presenciou políticas restritivas, com o Governo Collor e também o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), marcados por diversas medidas econômicas que visavam diminuir os gastos do Estado com a população.

Carinhato (2008) friza que, apesar de ter sido Fernando Collor de Melo que introduziu a agenda de reformas do Estado no Brasil, foi durante o governo FHC que essas reformas foram tratadas como condição fundamental para o retorno do crescimento econômico e estabilização da economia.

Assim, o autor aponta a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que teve como responsável Bresser-Pereira, simbolizando a institucionalização do neoliberalismo no Brasil. A reforma foi realizada em duas etapas.

A primeira correspondeu ao período de retomada da ofensiva do neoliberalismo, durando até o início da década de 90, com o Estado intervindo fortemente na economia. Gomes Silva *apud* Carinhato (2001, p. 41) destaca a insatisfação por parte do mercado com essas intervenções, conseqüentemente, como solução primária, o governo buscou racionalizar os recursos fiscais por meio de privatizações e abertura de mercados, entre outras medidas.

A segunda etapa foi caracterizada por uma mudança parcial de orientação mediante o conhecimento da situação socioeconômica predominante em alguns Estados Nacionais. Assim, Souza e Carvalho *apud* Carinhato (2008) apontam que os objetivos principais desta etapa eram: eficiência dos recursos públicos — a ser alcançada pela otimização dos recursos humanos e financeiros — efetividade e democratização.

Carinhato (2001) ressalta que o agravamento da carestia oriunda de décadas de desempenho pífio tanto social quanto economicamente foi impulsionado ainda mais pelas orientações, de órgãos como o Banco Mundial e o FMI, no sentido de diminuir gastos públicos. Oprimindo, portanto, ainda mais as pessoas mais pobres que historicamente sofrem no Brasil.

De acordo com o autor, a Reforma do Estado durante o governo FHC organizou medidas legislativas, mudança regulatória e ações governamentais para uma reordenação estratégica por parte do Estado, que deveria deixar de impulsionar o desenvolvimento para impulsionar a competitividade e a economia. Para tanto, transferiu patrimônio público para o mercado, mudou a relação do Estado com o mercado e a sociedade, considerando, portanto, o Estado como auxiliador do mercado.

Nesse sentido, Reis (2016) afirma que a eleição do presidente Lula gerara expectativa para a população brasileira de reversão das políticas econômica e social adotadas durante o governo anterior. Entretanto, o gover Lula deu continuidade à política neoliberal de FHC, influenciadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, incentivando a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal, o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Além disso, tem contribuído para o debate acerca da viabilidade de tornar o ensino superior público rentável para o Estado.

Dessa forma, ao analisar os documentos publicados pelo Ministério da Fazenda no ano de 2003, início do governo Lula, o autor afirma que a política econômica aplicada pelo governo tinha como prioridade a manutenção do ajuste fiscal e a realização de reformas que garantissem o pagamento da dívida pública, sendo necessária a adoção de políticas sociais focalizadas. Posto isso, a ampliação de recursos para políticas de caráter universal era tratada como medida não prioritária, incluindo aqui o financiamento das universidades federais. Diante desta escolha político-econômica, no campo das políticas sociais o governo do PT operou os avanços possíveis e permitidos neste contexto.

Sendo assim, Reis (2016) pontua que os governos Lula e Dilma deram continuidade à política econômica anterior no tocante à destinação de recursos públicos que tinham como prioridade absoluta o pagamento da dívida pública.

No entanto, Ferreira (2012) ressalta que a respeito da educação superior, durante o governo Lula e Dilma a perspectiva da equidade social foi assumida, articulada ao “desenvolvimento econômico, da capacitação de mão de obra e da elevação da empregabilidade da população, principalmente quando faz a opção da construção de campi de instituições federais de educação superior no interior do país.” (FERREIRA, 2012, p.469). A autora afirma ainda que as políticas de ações compensatórias nesse setor ganharam destaque a partir de programas como o ProUni, por exemplo.

2.3 O conteúdo ideológico político do neoliberalismo

Coutinho (2012, p. 123) discute acerca das conquistas obtidas através da resistência das classes subalternas, onde segundo ele, o período neoliberal não conseguiu destruir totalmente estes avanços. Porém, os últimos anos têm proporcionado certa atenção em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza.

No contexto do neoliberalismo, nota-se que a ampliação de direitos sociais enfrenta dificuldades, pois o ideário vigente concentra-se no desmonte e negação das conquistas obtidas pela camada mais pobre da sociedade. Assim sendo, são ditadas regras para os moldes econômicos e financeiros dos países, visando eximir a responsabilidade do Estado frente à garantia de direitos sociais.

De acordo com Freitas (2011), durante este processo é difundida a lógica de mercantilização dos serviços sociais, em que os serviços passam a ser executados pelo mercado ou instituições que não sejam governamentais. A exemplo disto, tem-se a privatização dos serviços de saúde que estão cada vez mais recorrentes e vem servindo de modelo de administração para os demais serviços públicos.

Seguindo esta lógica, Coutinho (2012) afirma:

As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (COUTINHO, 2012, p. 123).

Salienta-se que o ideário neoliberal tem como foco a obtenção de lucro para o mercado, bem como, a manutenção do sistema capitalista, portanto há o controle, vigilância, administração e repressão das expressões da “questão social”. Por conseguinte, este cenário proporciona o desmantelamento das políticas sociais, além disso, ocorre a deslegitimação de direitos anteriormente conquistados, para então favorecer a lógica de privatização.

Deste modo, o Estado neoliberal se caracteriza pelo autoritarismo e centralização de poder e atende prioritariamente os interesses de cunho privado de uma determinada classe da sociedade.

Neste viés, Coutinho (2006, p. 185), afirma que o Estado brasileiro sempre foi submetido, no essencial, aos interesses privados. Segundo ele, o Welfare brasileiro não funciona, embora a Constituição Federal consagre importantes direitos sociais, na prática eles não são implementados porque não há vontade política por parte dos governantes de que isso

ocorra de fato. Na verdade, eles preferem pagar a dívida pública e assegurar o chamado equilíbrio fiscal do que atender às reais demandas da população brasileira.

Dito isso, as consequências deste modelo para a população brasileira, principalmente a partir da década de 1990 foram devastadoras no que tange a situação econômica e social. Conforme afirma Boito Jr *apud* Carinhato (1999), as orientações das políticas sociais a partir da lógica neoliberal permearam a racionalização de recursos, por parte da publicização, bem como a focalização dos serviços públicos, e esse cenário favoreceu o alargamento das desigualdades sociais, bem como favoreceu a precarização das relações trabalhistas.

Neste sentido, a privatização dos serviços viabilizou o aumento referente aos contratos temporários e terceirizados, bem como, a exploração da classe trabalhadora com vista à obtenção de lucro para grandes empresários. Conforme afirma Freitas (2011), isto representa as estratégias do grande capital para não atender aos direitos trabalhistas.

Dessa forma, os resultados deste processo se manifestam por meio do aumento da pobreza, do exercido industrial de reserva, além de contribuir para o enfraquecimento das políticas sociais, principalmente as políticas que compõem a Seguridade Social.

Portanto, o Estado atua de maneira a garantir os interesses do capital e atende apenas às necessidades mínimas das demais parcelas da população, visando sempre lucros para o mercado. Neste viés, há a execução de políticas sociais, no entanto o objetivo principal é atender aos interesses citados, com o efeito, tem - se políticas focalizadas e seletivas.

Capítulo II

A política de educação no Brasil e a regulamentação da assistência estudantil no ensino superior

Esse capítulo trata da regulamentação da assistência estudantil no ensino superior no Brasil. Para uma melhor compreensão desse processo, foram abordados elementos sócio-históricos, buscando realizar uma breve análise do surgimento das políticas sociais e também como se configura a atual conjuntura da educação superior pública brasileira.

2.1 A Política Social nos dias atuais

As políticas sociais só podem ser compreendidas a partir da análise conjuntural existente no capitalismo. Neste sentido, de maneira contraditória, as políticas sociais atendem tanto aos interesses do capital, ou seja, contribui, por exemplo, para a manutenção do consumo e assim, contribui para o funcionamento do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que atende algumas demandas da população, quando regulamenta direitos e oferta políticas de proteção social.

Deste modo, o Estado desempenha um papel indispensável para a manutenção do capitalismo. Pois nos períodos de crise o Estado executa a função de regulamentar a exploração da classe trabalhadora, acentuando assim a socialização dos custos da crise com essa classe. Ou seja, em períodos que o capital diminui a produção, o Estado atua criando reformas no âmbito trabalhista, visando aumentar a rentabilidade econômica do mercado.

Nesse sentido, Netto e Braz (2006), ao analisarem o papel do Estado frente as contradições existentes no capitalismo, apontam que para gerir essas contradições, é necessário que o Estado atue muito além de apenas garantir as condições externas para a produção e e acumulação capitalistas. De acordo com os autores, é necessário um Estado interventor que busque garantir as condições gerais para esse processo.

Dessa forma, o Estado intervém para desonerar o capital de grande parte dos encargos da preservação da força de trabalho, que são financiados pelos tributos recolhidos da massa da população. Destaca-se que esse financiamento assegura uma série de serviços públicos, tais como educação, transporte, saúde e habitação, por exemplo.

Behring (2000) afirma que as primeiras iniciativas de políticas sociais possuem origem associada aos movimentos sociais, no contexto de eclosão da “questão social”, cuja raiz situa-se na exploração da força de trabalho e o surgimento de Estado-nação na Europa logo no final

do século XIX. As autoras apontam ainda que o reconhecimento da existência das políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa.

Ressalta-se que isso não ocorre no início da sociedade burguesa, porém acontece quando há o reconhecimento da “questão social” como inerente às relações sociais no modo de produção capitalista, a partir do momento em que os trabalhadores se mobilizam e assumem um papel político e revolucionário.

Além disso, Behring (2000) afirma que o final do século XIX foi um período de criação e disseminação das primeiras legislações e medidas de proteção social, com destaque para a Alemanha e Inglaterra. Porém a ampla difusão destas medidas aconteceu apenas após a segunda guerra mundial, quando o conceito de Welfare State estava sendo construído em alguns países da Europa Ocidental, acompanhando diversos padrões de proteção tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

As opções políticas e econômicas dos governos são bastante influenciadas pelas relações entre as classes sociais e segmentos de classe e pelas condições econômicas gerais, que estão relacionadas aos diversos padrões de proteção social que se desenvolveram. (BEHRING, 2007). As autoras ainda apontam que:

Embora as condições para o surgimento e generalização de políticas sociais tenham o referido tempo histórico, o debate sobre o bem-estar na sociedade, sobre o que fazer com os pobres e - muito especialmente - sobre o papel do Estado nesses processos, precede em muito esse tempo, tornando necessário um breve contato com alguns argumentos clássicos, recorrentes no debate contemporâneo sobre política social (BEHRING, 2007 p. 2).

A respeito da importância da mobilização da classe trabalhadora, o que tange a obtenção de direitos, em relação a intervenção estatal, Behring e Bochetti (2011, p.55) pontuam que o Estado atua no monopólio da força, em meio a luta de classes, sob a direção do capital, entretanto possui relativa autonomia, ainda que muito reduzida. Dessa forma as autoras falam que isso levou Marx e Engels a caracterizarem o Estado como comitê de classe da burguesia no seu Manifesto do Partido comunista (1988). Assim sendo, o Estado, agia com medidas repressivas à classe trabalhadora, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro.

Salienta-se que neste contexto histórico não foram reconhecidos diversos direitos sociais e as lutas sociais não conseguiram efetivar a garantia dos direitos em tese conquistados. Isso pode ser observado na questão da jornada de trabalho e sua suposta redução em comparação com as legislações anteriores, por exemplo, que por vezes ficou inscrita apenas no texto do ato normativo e não se efetivou realmente.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram marcados pela hegemonia do liberalismo², cujo “principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 56).

Deste modo, a atuação do Estado frente às reivindicações sociais era pautada pelos ditames do liberalismo, não intervindo nas relações trabalhistas, muito menos se preocuparia em atender as necessidades sociais. Ressalta-se que o liberalismo negava a política social por apreendê-la como estímulo ao ócio e, portanto, a política social deveria ser voltada apenas aos incapazes para o trabalho) (LUX *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 1993).

De acordo com Faleiros (2008), na perspectiva liberal, o mercado deveria atuar de maneira a favorecer a existência de um certo equilíbrio na sociedade, onde todas as partes se beneficiariam pela livre concorrência e liberdade de escolha.

As autoras salientam que o Estado social capitalista do século XX não rompeu com os moldes do Estado liberal do Século XIX. Na visão das autoras, o que ocorreu foi uma transmutação de perspectiva por parte do Estado, que fez com que os princípios liberais abrandassem e “incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e de luta de classes, assumindo um caráter mais social com investimento em políticas sociais” (PISÓN *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 1998).

Para uma melhor compreensão do contexto de ampliação das políticas sociais na sociedade moderna, Yazbeck (2008) constata que a partir da década de 1929 que presenciou a crise capitalista nos Estados Unidos, as políticas sociais se expandiram mediante as ideias de Keynes³ que defendia uma maior intervenção estatal nas relações econômicas e sociais. Desse modo, as políticas keynesianas buscavam aumentar a oferta de emprego, bem como políticas e serviços sociais de acordo com a demanda social. Assim, o Keynesianismo aponta para o Estado como regulador das relações sociais, buscando melhorias para a economia e contribuindo para o desenvolvimento de melhores condições para a sociedade.

Assim sendo, para entender como ocorreu o enfraquecimento das bases de sustentação dos argumentos liberais no final do século XIX e início do século XX, Behring (2000, p. 7) destaca dois processos político-econômicos que resultaram nesse enfraquecimento. O primeiro foi o incremento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos

²Behring e Boschetti (2006) apontam para os conceitos de David Ricardo e Adam Smith que o liberalismo trata-se do “funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar. É a “mão invisível” do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p.56).

³ Behring e Boschetti (2006) ratificam que John Maynard Keynes (1883-1946) defendia a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. “Ele se referia a uma maior intervenção do Estado na economia, em sintonia apenas do ponto de vista dos fundamentos econômicos, com as saídas pragmáticas do período (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.83).

importantes, onde a burguesia se viu obrigada a reconhecer direitos de cidadania política e social para esses segmentos. A autora aponta também que a vitória do movimento socialista de 1917 na Rússia foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital frente ao movimento operário, além disso o advento do fordismo trouxe mudanças no mundo da produção foi relevante para esse processo, pois essas mudanças representaram maior poder coletivo aos trabalhadores desses segmentos. Entretanto, esses direitos só se concretizaram a partir do período pós-guerra.

Já o segundo processo, consiste na a concentração e monopolização do capital, em que o mercado passou a ser cada vez mais, liderado por grandes monopólios, tornando necessário para a criação de empresas um grande investimento, sendo este investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre o capital financeiro e o industrial.

Nesse sentido, para intervir frente a esse cenário são incrementadas as políticas sociais, pautadas pelos pilares teóricos do desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra. Aqui nasce o pacto keynesiano- fordista que se caracterizou pela produção em massa para o consumo em massa e acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista visando ganhar em produtividade do trabalho (O'CONNOR, 1977; MANDEL, 1982 *apud* BEHRING, 2003). Ainda de acordo com a autora, esse movimento se caracterizou como o retorno do Estado como mediador civilizador.

Sendo assim, o pacto significou uma intervenção ativa por parte do Estado na produção regulação das relações econômicas e sociais, e conforme afirmam Behring e Boschetti (2006, p. 86), o bem-estar deveria ser buscado de forma individual, enquanto o Estado se encarregaria da administração macroeconômica e as políticas sociais deveriam atender as pessoas consideradas incapazes para o trabalho, tais como idosos, deficientes e crianças.

Posto isso, Pereira (2008, p. 34) afirma que o final do século XIX vivenciou fatores “econômicos, sociais e políticos favoráveis à construção de um moderno conceito de proteção social” e aponta para esse conceito ao associar bem-estar à cidadania⁴, expressou verdadeiramente um padrão de regulação sócio-econômico avesso ao paternalismo, passando a ser visto como início do Estado Social.

⁴De acordo com os apontamentos de Behring e Boschetti acerca dos pensamentos de T. H. Marshal ao definir o conceito de cidadania, entende-se em sua fase madura as liberdades individuais expressas pelos direitos civis, institucionalizados pelos tribunais de justiça; os direitos políticos e os direitos sociais, caracterizados como o acesso a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, com vistas a levar a vida de um ser civilizado (BEHRING; BOSCHETTI, 2006 p.102).

Deste modo, cabe ressaltar que o “Estado de Bem-Estar Social” e a expansão da política social que tiveram origem no referido século surgiram, também, na perspectiva de universalização da cidadania e a reivindicação pela garantia de direitos sociais.

No cenário brasileiro, Yazbeck (2008, p.2) ao analisar as políticas sociais destaca que estas surgem a partir de relações sociais no contexto da década de 1930, “representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho”. Contudo, a autora afirma:

Pela via da Política Social e de seus benefícios o Estado busca, portanto, manter a estabilidade, diminuindo desigualdades e garantindo direitos sociais, embora o país não alcance a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social. Em síntese, o Estado brasileiro buscou administrar a questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do Seguro Social. (YAZBECK, 2008, p.10)

Entretanto, nas décadas seguintes e mais precisamente em 1988, é promulgada a constituinte, que representou um marco, no que tange a garantia de direitos sociais. Ela compreende este momento como uma inovação, pois a partir deste documento foi possível a definição do sistema de Seguridade Social no Brasil que tinha como meta “a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado”. Neste sentido, salienta-se que o modelo de seguridade social é composto por uma tríade integrada pela política de assistência social, saúde e previdência social. (YAZBECK, 2008, p. 2)

2.2 Democratização do Ensino Superior no Brasil

A trajetória da educação superior brasileira é marcada por diversos contextos políticos e históricos. Cabe ressaltar que o ideário neoliberal exerce grande influência sobre o direito à educação.

Do ponto de vista de Lima (2004), o neoliberalismo, como projeto de sociedade construído pela burguesia para o enfrentamento da crise estrutural do capital é incapaz de garantir mudanças reais na situação de empobrecimento da população, bem como na “estagnação econômica” vigente na sociedade atual.

Schwartzman (2015) afirma que a década de 1930 foi marcada pela primeira investida do governo federal no estabelecimento de uma política para o ensino superior com o projeto de criar uma Universidade Nacional que se tornaria um modelo a ser seguido em todos os estados. Entretanto, após a segunda Guerra Mundial, foram criadas pequenas universidades, surgindo assim uma “rede de universidades federais”.

Contudo, Siqueira (2004) aponta que a educação superior brasileira conservou-se predominantemente privada até os anos de 1950. De acordo com a autora,

Com o estabelecimento da democracia no Brasil, depois do governo autoritário de Getúlio Vargas (1930-1945), e num ambiente político de intervenção estatal para desenvolvimento e reconstrução, houve um processo de transformação de instituições privadas em instituições federais, e depois, durante os anos 1960, em universidades federais.

Destaca-se que a partir da Lei n° 4.024, de 1961, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional e também a influência do Golpe Militar, ocorrido em 1964, a rede privada se ampliou.

Somente em 1968, quando o país vivia um cenário de ditatorial o governo resolveu que seria importante a transformação das universidades brasileiras a partir do modelo americano, ou seja, substituiu as antigas “cátedras por departamentos acadêmicos”. Além disto, passou a exigir uma maior qualificação dos professores (SCHWARTZMAN, 2015).

Nas palavras do autor, “o resultado da reforma de 1968 foi que o ensino superior brasileiro se tornou, no papel unificado sob o modelo único da universidade de pesquisa norte-americana, mas na prática altamente estratificado” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 282).

O Banco Mundial iniciou sua atuação na educação na década de 1960, priorizando o ensino técnico voltado para formação de mão-de-obra especializada e o ensino superior. Nas décadas seguintes, mais especificamente durante a década de 1980, o Banco financiou diversos estudos visando o questionamento da eficiência dos governos de alguns países. Dentre as críticas destinadas à educação, o ensino superior tomou espaço de destaque no tange as críticas dos economistas. (SIQUEIRA, 2004).

Segundo a autora, os gastos com o ensino superior eram criticados e visto como um dos determinantes da grande demanda da população por níveis mais altos de ensino e, com isso, ainda segundo esta crítica, acarretava a criação de uma massa de pessoas desempregadas concludentes do ensino superior.

Neste mesmo período, o Banco Mundial considerava o financiamento da educação primária e secundária “um contra-senso”, pois havia a defesa do ensino técnico profissionalizante, seguindo a lógica neoliberal. Contudo, a partir da década de 1980 houve uma mudança no que se refere à orientação educacional proposta pelo Banco, que passou a valorizar o ensino elementar. (LEHER, 1999).

Cabe ressaltar que ocorreu uma da mudança de no projeto de educação do Banco Mundial, que antes era pautado pelo modelo de previsão de futuros trabalhadores qualificados

para a inserção no mercado de trabalho, e passou para um modelo monetarista que se baseava no ensino básico e na relação do custo-benefício, conforme mostram as palavras de Siqueira:

Modelo monetarista baseado em análises de custo-benefício, foi enfatizado que entre os níveis de ensino, aquele que apresentava menores custos e maiores benefícios sociais (redução da taxa de natalidade, de mortalidade, de desnutrição infantil e aumento da renda familiar) era o ensino básico – geralmente reduzido aos primeiros dois ciclos do ensino fundamental – enquanto o ensino superior foi apontado como o de maior custo e gerador de maior benefícios privados do que sociais, isto é, elevaria o salário e a renda dos indivíduos (2004, p. 48).

Desde 1990 o Banco Mundial defende ações voltadas apenas para a pobreza. Segundo Leher (1999), há um temor por parte das agências internacionais quanto à segurança da ordem ideológica, econômica, política e legal estabelecida, pois a pobreza pode provocar uma grande insatisfação da população e criar um contexto adverso aos negócios. A educação atua como medida compensatória para trabalhadores pobres, visando diminuir a possibilidade de tensões que poderiam surgir entre população e a economia (FONSECA, 1998).

Destaca-se que apesar de o Banco propor como uma das recomendações principais a oferta de educação primária, é possível notar que as estratégias utilizadas reforçam o ideário neoliberal. Nas palavras de Leher:

Para as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional. Isto explica em grande parte, as diretrizes do Banco Mundial para o ensino superior. Há muito tempo o Banco critica aqueles países que “insistem em querer universalizar as tecnologias características do século XX em seus territórios”. Porém nunca o Banco foi tão explícito e determinado em sua política antiuniversitária. (LEHER, 1999, p. 26)

Salienta-se que desde a década de 1980 o ensino superior deixou de ser prioridade nas orientações do Banco Mundial sobre a educação. Além disto, em muitos países, foram realizados diversos cortes com vista à redução de gastos financeiros na Educação superior pública, fortalecendo a lógica de mercado e assim favorecendo o setor privado.

Destaca-se que de acordo com Borsato (2015), os organismos multilaterais defendem a educação como uma ferramenta para combater a pobreza. Conforme a autora, a partir dos anos 90, a política implementada pelo Banco Mundial para os países periféricos esteve diretamente ligada à expansão do ensino privado e à privatização do ensino público. Além disso, a crise na educação superior nos países em desenvolvimento e o mau gerenciamento dos recursos públicos são utilizados como justificativas para realizar a privatização. Nesse sentido, a educação superior se torna um setor de interesses para investimento privados.

Siqueira (2004) reitera que o período de 1980-1990 foi marcado pela disseminação das ideias neoliberais pelo mundo, onde os defensores de tais ideais criticavam a Constituinte de

1988, pois acreditavam que o documento representava retrocesso por ampliar o poder do Estado no que tange a garantia de direitos.

Somente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 que o ensino superior retornou para a lista de prioridades do Banco. Porém, “não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim para sua abertura como uma área de negócios, ao setor privado internacional e a grandes firmas nacionais a ele associados” (SIQUEIRA, 2004, p. 50).

Este cenário demonstra que o ensino superior se torna cada vez mais focalizado, em que as universidades de qualidade e voltadas a pesquisa são direcionadas majoritariamente para os grupos sociais elitizados, enquanto o ensino voltado para a formação de mão-de-obra preparado estritamente para ingresso no mercado de trabalho é direcionado para os segmentos sociais pior situados no acesso à renda. Ademais, criam-se novas modalidades de ensino pautadas no aligeiramento e desqualificação da formação profissional, tais como o ensino a distância e aulas semipresenciais. (SIQUEIRA, 2004).

Neste sentido, Borsato (2015) destaca que o processo de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB foi fortemente influenciado pelo neoliberalismo e o conservadorismo. Segundo Borsato,

É importante destacar que a influência neoliberal e da ala conservadora dos legisladores brasileiros no direcionamento da política de educação superior ocorreu ainda no processo de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. A primeira proposta de lei complementar foi encaminhada à Câmara em 1988. Depois de muitas discussões e participação de vários movimentos sociais a primeira proposta, mais democrática, foi substituída no Senado em 1995, por uma de Darcy Ribeiro, que se mostrou permeável aos interesses privatistas e confessionais (2015, p. 68).

A LDB⁵ possibilitou regulamentar e organizar o sistema de educação em todos os níveis. Além disto, previa como mecanismos de gestão, o planejamento e avaliação; financiamento, além de definir competências para cada esfera de governo.

Sendo assim, a autora dialoga sobre a democratização do ensino superior, e de acordo com ela, a reestruturação do ensino superior se insere em um amplo “processo de reordenamento do Estado capitalista”, com início no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até o governo Lula e Dilma (2003-2016).

Portanto, Lima (2004) afirma que as propostas de reforma do Governo Lula seguiram o modelo proposto pelos organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial, Unesco,

⁵ O capítulo IV da lei é destinado ao Ensino Superior e o art. 45 determina que “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. (BRASIL, 1996) Isto, de acordo com Borsato, rompe “com com o padrão de universidade, pautada pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como modelo de expansão para a educação superior proposta no período ditatorial” (2015, p. 6).

Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento, seguindo a lógica de privatização tal como feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990.

Posto isto, nota-se que o ensino superior brasileiro se estabeleceu a partir de um modelo restrito e destinado principalmente à elite. Assim sendo, conforme citado anteriormente, a década de 1990 foi marcada pelo debate referente ao acesso à educação superior. Todavia, é necessário destacar que a dita “democratização” do ensino superior neste período, nada mais era do que a mercantilização educacional. Ou seja, apesar da tentativa de ampliar o acesso, foi seguida a lógica do mercado que favorecia a iniciativa privada.

Deste modo, Borsato (2015) sustenta que o governo Lula deu segmento ao processo de expansão da educação que foi incipiente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, o que diferenciou os dois governos nesse sentido foi o fato de o segundo ter proporcionado a expansão do acesso mediante a criação e ampliação da rede federal de educação superior.

Destarte, a autora afirma que os programas que obtiveram maior destaque no tocante a proposta de expansão da rede pública de educação superior no âmbito federal foram Programa de Expansão da Educação Superior Pública (ou Programa Expandir 2003-2006), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

O Programa Expandir foi instituído no ano de 2006 pelo Ministério da Educação-MEC e tinha como objetivos a ampliação do acesso às universidades públicas a partir da construção de novas universidades federais.

Por conseguinte, o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁶ foi instituído a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2010).

Neste sentido, Brito (2013) afirma que o Reuni espera que as instituições participantes “repensem seu papel, fortaleçam sua missão e função precípuas, as quais são contribuir para a construção de uma sociedade melhor, na constituição de novas propostas educacionais”. Assim o programa se propôs viabilizar e ampliar o acesso com a criação de 92.240 vagas nas universidades federais entre os anos de 2008 a 2012 (BRITO, 2013 p. 84).

⁶ Possui como objetivo: Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

Porém a autora chama a atenção para a meta global adotada pelo programa de elevação da taxa de conclusão/aprovação nos cursos de graduação para 90%. De acordo com ela,

Parece ser descabida frente à realidade das universidades nele envolvidas. Tudo indica que esse parâmetro foi construído de forma aleatória, e porque não utópica, sem dados iniciais que balizassem a tomada de decisão e que apresentassem uma temporalidade para o alcance dos índices de forma processual e contínua (2013, p.84).

Ainda de acordo com Brito (2013), este programa apresenta um modelo de gestão que corrobora para o atendimento dos interesses do modo de produção capitalista, bem como à visão generalista do Estado.

Do ponto de vista de Borsato (2015), o discurso de democratização do ensino superior está atrelado a busca do favorecimento dos grandes empresários que comandam o ensino privado. Desta forma, mesmo o governo atendendo algumas reivindicações da sociedade, tais como acesso à educação superior e assistência estudantil, por exemplo, por outro lado, este mesmo governo atende aos interesses do capital financeiro e investidor na educação privada (BORSATO, 2015, p. 94).

Lima (2006) sublinha que é fundamental, portanto, a compreensão de que a reformulação da educação superior em curso está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista. Um processo que atravessou o governo Cardoso e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva por meio do seguinte pressuposto básico: a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público (não estatal), será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado e reduzindo a alocação de verbas públicas para a política educacional, especialmente para a educação superior.

2.3 Assistência estudantil

A atual conjuntura demonstra, conforme expõem Estrada e Radelli (2014, p. 1-2), a necessidade de democratização do ensino superior, que deve se dar, não apenas com a ampliação das vagas em instituições públicas, mas, também, pela instituição de mecanismos para a permanência dos estudantes. Tal necessidade advém da desigualdade social no Brasil que atinge os estudantes advindos dos grupos sociais mais pobres e, assim, necessitam de

suporte para amenizar os efeitos das desigualdades sociais e concluírem os cursos com bom aproveitamento.

Neste sentido, os autores destacam que “a assistência estudantil é fundamental para que muitos estudantes tenham condições de permanecer na universidade e concluir um curso superior”. Afirmam ainda “que historicamente as ações voltadas à assistência estudantil foram desenvolvidas a partir das constantes lutas e mobilizações pela comunidade acadêmica e se apresentam de forma fragmentada e descontínua, marcada por avanços e retrocessos” (ESTRADA; RADELLI, 2014, p. 2).

Seguindo este raciocínio, sabe-se que o governo Lula possibilitou, ainda que não muito expressiva, uma expansão do ensino superior. Essa expansão ampliou o acesso às instituições de ensino. Borsato (2015) destaca que para que a parcela da sociedade, historicamente excluída, conseguisse de fato acessar o serviço, foi necessário pensar em ações estratégicas.

Neste viés, destacam-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foi criado no ano de 1998 e tinha o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes e no ano de 2009, passou a ser utilizado como ferramenta de inserção em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir da criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Além disto, o exame é necessário para participação do Programa Universidade para Todos (Prouni)⁷.

Vasconcelos (2008) constata que a trajetória da assistência estudantil brasileira está relacionada com a história da política de assistência social, pois as duas políticas surgiram a partir de reivindicações sociais, sendo que um dos determinantes de surgimento de políticas sociais está relacionado com as lutas da classe trabalhadora. Salienta-se que estas reivindicações ocorreram no contexto de pressões populares para o fim do regime militar e consequentemente a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988.

A política de educação foi regulamentada como direito de todos e dever do Estado e da família, além de contar com a colaboração da sociedade, na CF/1988.

Os programas de assistência estudantil têm sua origem na década de 1930, com programas de moradia e alimentação estudantil, com a primeira tentativa de regulamentação pelo Decreto nº 19.852/31, também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Superior. Além disso, destaca-se também o Decreto nº 19.851/31, que dispunham sobre a assistência estudantil nos seguintes termos:

⁷ De acordo com Ministério da Educação (MEC), o Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos (MEC, 2016).

Art. 100 – § 4º As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído. [...]

Art. 108 – Para efetivar medidas de providência e beneficência, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitários e o Centro Universitário de estudantes, afim de que naquelas medidas seja obedecido rigoroso critério de justiça e de oportunidade (BRASIL, 1931).

A assistência estudantil ganha maior destaque ainda com a Constituição Federal de 1946, que, em seu artigo 172, determinava que “cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Entretanto, Estrada e Radelli (2014, p. 4) ressaltam que “no que tange as ações aqui mencionadas, nenhuma delas especifica a forma como seria implementada”. Dado o caráter antidemocrático do período ditatorial, é apenas na década de 1980, que se retoma o debate sobre a assistência estudantil. Estrada e Radelli destacam que:

Em 1987 foi criado, a partir da articulação entre IFES, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que na busca pelo estabelecimento de política nacional dirigida à comunidade universitária aprofundou as discussões e ações na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES (2014, p.5).

Diante do exposto, Prestes (2014) pontua que a assistência estudantil é fundamental para que o REUNI consiga alcançar as metas propostas. E diante disso, o MEC publicou no ano de 2007 a Portaria Normativa nº 39 que passou a valer no ano seguinte, em que definia a assistência estudantil como: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Posteriormente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁸ foi regulamentado a partir do Decreto nº7.234, de 19 de julho de 2010, com a finalidade de ampliar e viabilizar condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, visando contribuir para para um melhor desempenho acadêmico, além de atuar de maneira preventiva no que tange a evasão decorrente da situação socioeconômica familiar. Para tal, o Decreto traz os seguintes objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

⁸ Destaca-se que o PNAES foi elaborado pelo FONAPRACE em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e só foi discutido e aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2007 a partir da portaria normativa nº39, de 12 de dezembro de 2008, onde foi intitulado como Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Mediante estes objetivos, o Programa destaca ações como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação a serem desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior Públicas.

De acordo com Silvas e Lima (2012), o PNAES assume um papel de extrema importância na promoção de uma educação mais inclusiva, pois o Programa busca minimizar desigualdades socioeconômicas e possibilita melhores condições para frequentar uma universidade pública.

Deste modo, é necessário destacar que muitos são os desafios enfrentados pelos estudantes mais pauperizados quanto à permanência nas universidades. De acordo com Almeida (2000), muitos deles têm dificuldade em conciliar trabalho e escola, e segundo ela há uma elevada taxa de evasão dos estudantes que necessitam trabalhar para garantir o próprio sustento.

Em vista disto, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)⁹ realizou pesquisas acerca do Perfil Socioeconômico dos estudantes de Graduação que revelaram que os indicadores principais para sobrevivência dos estudantes eram: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho (SILVAS; LIMA, 2012, p. 138).

De acordo com o FONAPRACE (2004), os dados obtidos a partir da II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no período de novembro/2003 a março/2004 demonstrou que 42,8% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, ou seja, possuíam renda familiar de até R\$ 927,00, apresentando-se em situação de vulnerabilidade social.

Para as Silvas e Lima (2012), a assistência estudantil é entendida como “investimento, com o relevante papel de mobilizar recursos de forma a garantir a permanência e a conclusão da formação profissional dos estudantes de baixa renda em situação de vulnerabilidade social” (p. 138).

⁹ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis — FONAPRACE, órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES foram criados em 1987 e 1989 respectivamente, com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas visando fortalecer as políticas de assistência ao estudante. O FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; e contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar decorrentes de dificuldades socioeconômicas (SILVAS; LIMA, 2012, p.137).

Neste sentido, o levantamento socioeconômico realizado pelo FONAPRACE demonstra que é necessário ampliar as políticas e programas assistenciais com vista a minimizar as desigualdades socioeconômicas existentes no âmbito universitário mediante a criação de mecanismos que possibilitem a permanência dos estudantes e assim reduzir as taxas de evasão (SILVAS e LIMA, 2012)

Entretanto, Pinto e Belo (2012) chamam atenção para o fato de o PNAES se constituir a partir de um decreto e não de uma lei. Segundo as autoras, é uma situação preocupante, pois de acordo com as autoras,

Decreto e Lei se apresentam como atos normativos distintos. O primeiro possui força de Lei, todavia não se configura como tal por não possuir na sua formação a concorrência dos poderes: Legislativo e Judiciário. Detém assim menos eficácia normativa, justamente por não passar pelo crivo legislativo, podendo ser apenas formatado e assinado pelo chefe do poder executivo em cada ente federativo. Em outras palavras, a Lei obriga fazer ou deixar de fazer, enquanto o Decreto não subjugava tal determinação (PINTO; BELO, 2012, p. 121).

Diante disso, há aqui um grande desafio no que diz respeito a garantia da assistência estudantil nas Instituições de ensino superior, pois conforme citado pelas autoras, não existe uma lei que garanta e obrigue o Estado a garantir a efetivação do PNAES. Sendo assim conforme os autores, o caminho fica para que a lógica que dirige a Reforma da Educação Superior reduza ou elimine os recursos destinados às ações de Assistência Estudantil Universitária.

Capítulo III

O acesso das/dos estudantes à política de assistência estudantil da Universidade de Brasília

Neste capítulo será feita a descrição e análise dos programas de assistência estudantil da UnB de acordo com os critérios e indicadores descritos na metodologia.

3.1 Ampliação do acesso aos cursos de graduação na Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília (UnB) foi criada no ano de 1961, por meio da Lei nº 3.998¹⁰, de 15 de dezembro de 1961. Segundo Fonseca (1997), a criação desta universidade representou uma atualização no que consistia o modelo de educação superior brasileiro.

Brito (2013, p.93) ao dialogar sobre o cunho social conferido a UnB, aponta que a universidade surgiu como instituição “emancipatória, democrática, inovadora, moderna, autônoma e criadora”. Ademais, possuía uma função social do ensino superior que velava pela “interdisciplinaridade” e integração das diversas áreas de conhecimento. Assim, ela funciona como um instrumento que supera os modelos anteriores.

O Plano Diretor da UnB, publicado em 1962, afirmava que a universidade tinha como objetivos iniciais formar cidadãos responsáveis, preocupados com o desenvolvimento social do país, além de preparar os estudantes para se tornarem especialistas qualificados, bem como formar cientistas, pesquisadores e artistas, lhes sendo assegurados os meios necessários para a formação.

Existem contradições entre o referido plano em relação à lógica capitalista. Fonseca (1997), afirma que o plano se apoia na “ideologia do capitalismo auto-sustentado”, na qual a universidade seria concebida como instância geradora de tecnologia, servindo como ferramenta para o país alcançar autonomia tecnológica “o fundamento desse projeto encontra-se atrelado a desenvolvimento. Não prevê nenhum projeto de transformação social e aprofunda o embate entre as classes sociais” (FONSECA, 1997, p. 24).

A Universidade de Brasília superou diferentes contextos vividos pelo Brasil. Todavia, mesmo tendo em sua concepção a objetivação de um modelo diferenciado de educação, capaz de tornar o estudante autônomo e livre no que diz respeito à produção de conhecimento, ela

¹⁰ O Art. 1º da referida lei determina que “fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros” (BRASIL, 1961).

corroborar para o fortalecimento da ideologia do Estado que atua de maneira contraditória, ora garantindo alguns poucos direitos aos cidadãos, diante da supremacia do mercado.

Salienta-se que o Estado é capitalista e tem sido fundamental para assegurar a dominação da classe burguesa. Dessa forma, o que ocorre é que em determinados momentos históricos, por exemplo, a Constituição federal de 1988, o Estado é permeável a alguns direitos dos cidadãos. Mesmo assim, o Estado não perde a sua função de organizar a dominação da classe burguesa.

A mercantilização da educação, já discutida anteriormente, é dos determinantes principais para que a educação superior pública permaneça restrita a certos grupos da sociedade. As políticas públicas de educação implementadas a partir do governo Lula contribuíram para democratizar o acesso à educação pública superior, mas também para a expansão do setor privado de educação.

Ao analisar o antagonismo destas ideias, Oliveira (2013) comenta que a universidade possui função muito além da profissionalização da mão de obra, sendo, pois, uma instituição social que visa promover a socialização do saber elaborado pela sociedade.

Nesse contexto, a UnB possui como mecanismos de seleção para ingressar na graduação, além do tradicional vestibular, o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Além disso, a universidade também adota sistemas de cotas tanto raciais, quanto sociais.

O vestibular e o PAS dão acesso aos mesmos cursos presenciais de graduação ofertados pela UnB. No entanto, no vestibular é aplicado em uma única prova e qualquer pessoa que tenha completado o ensino médio pode realizar o exame. Já o PAS funciona de maneira sistemática, durante os três anos, ao final de cada ano do ensino médio, seguindo o currículo escolar.

Destaca-se que no vestibular, uma porcentagem no número total de vagas é destinada para o sistema de cotas raciais e sociais. Isso não ocorre no PAS, pois o programa possui um sistema único de vagas.

Dito isso, Cesar (2013) chama a atenção para o fato de ambos se basearem nos mesmos princípios meritocráticos, visto que os processos seletivos impedem o acesso universal às universidades públicas e de certa forma contribuem para a continuidade do acesso restrito a uma determinada parcela da sociedade.

Como forma de ampliar significativamente o acesso à educação superior pública no DF, a UnB também aderiu ao Reuni que foi aprovado pelo MEC, tendo metas a serem cumpridas entre os anos de 2008 e 2012. Assim que a UnB aderiu ao Reuni, contava com 169

curso dividido em 64 de graduação, 63 de mestrado e 42 de doutorados (OLIVEIRA, 2013, p. 47).

Segundo Brito (2013), a partir das diretrizes gerais do Reuni na UnB, a meta era ampliar a oferta de vagas em cursos de graduação. Dessa forma, era prevista a criação de 4.306 vagas em 32 cursos novos e também nos 42 que já existiam até o ano de 2012. O quadro a seguir (Quadro 3) demonstra a evolução de vagas criadas a partir do Reuni dentre os anos de 2008 e 2012 nos cursos de graduação da UnB em todos os *campi*.

Tabela1 - Evolução de vagas via Reuni (UnB)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Campus Darcy Ribeiro					
Diurno	3.132	3.506	4.320	4.476	4.656
Noturno	918	1.226	2.122	2.212	2.292
Total	4050	4732	6442	6688	6948
Campus FCE - Ceilândia					
Total	240	488	488	506	520
Campus FGA - Gama					
Total	240	480	240	240	560
Campus FUP - Planaltina					
Diurno	220	220	290	300	300
Noturno	80	160	160	160	160
Total	300	380	450	460	460
Total Geral	4.830	6.080	7.620	7.894	8.488

Quadro 1 – Evolução de vagas criadas via Reuni nos cursos de graduação presenciais, na UnB: 2008-2012.

Fonte: UnB (2011a, 2013a).

Fonte: UnB *apud* Brito (2013)

Nota-se a princípio o salto de 75% no número total de vagas do ano de 2008, que era de 4.830 e passou para 8.488 em 2012. Ademais, verifica-se que a criação dos novos *campi* contribuiu consideravelmente para este aumento.

Destaca-se que o Relatório de Gestão da UnB, publicado em 2013, afirma que a meta de alcançar o índice de 39.892,4 matrículas até o ano de 2015 foi alcançada já no ano de 2012. O relatório também apresenta a projeção da criação de novas vagas e de contratação de professores para atender a demanda até o ano de 2017, com previsão de 39.892 vagas.

Sobre os resultados do Reuni na UnB, Brito (2013) aponta que entre os anos de 2008 e 2013, 37 novos cursos foram criados em todos os *campi*, com destaque para os cursos noturnos que foram os mais ampliados pelo programa.

Cislaghi (2011) argumenta que a ampliação do acesso à educação superior pública é uma reivindicação histórica dos sujeitos coletivos da sociedade. No entanto, segundo a autora, a proposta de expansão do Reuni está atrelada “a uma reestruturação da universidade para os padrões requisitados pelo capitalismo em sua fase atual, materializados nas propostas do Banco Mundial”. Isso significa que ainda que o Reuni proporcione o aumento na oferta de vagas, boa parte do financiamento público é direcionado para lógica privada, evidenciando assim, a lógica de mercantilização da educação.

Os últimos anos presenciaram a expansão estrutural da instituição. Isso representou avanços quanto à ampliação do acesso à educação superior pública, porém, conforme ressalta Brito (2013, p. 99), não expandiu “o suficiente para atender à população do Distrito Federal (DF), estando ainda restrita a um público reduzido e elitizado, maior parte proveniente de escolas particulares”.

Ainda sim, é possível observar que a expansão possibilitou uma descentralização das atividades acadêmicas, ou seja, com ela a população residente do entorno do Distrito Federal e as demais regiões administrativas do DF (que são mais distantes do campus localizado no Plano Piloto) passaram a ter maiores oportunidades de acesso com a construção de outros *campi*¹¹.

Destaca-se que esse movimento de descentralização da universidade só foi possível a partir do Reuni, que tem como um de seus objetivos permitir que a população das cidades distantes do Plano Piloto — como o Entorno de Goiás e alguns municípios de Minas Gerais — tivesse maior facilidade de acesso à UnB.

Para a realização do Reuni, foi necessário o aumento significativo dos investimentos financeiros para a construção dos novos *campi* e também para a contratação de mais professores e mesmo assim, como observa Brito (2013), esta expansão ainda segue na contramão da ampliação do acesso, possuindo um explícito caráter de fortalecimento da exclusão social dentro da UnB.

Nota-se, portanto, que o atual modelo de educação é voltado para o conformismo político, ou seja, tem o objetivo implícito de legitimar as modificações transformistas do Estado que buscam o crescimento econômico em detrimento dos direitos sociais (OLIVEIRA, 2013).

Retomando a discussão acerca dos mecanismos de seleção, é necessário destacar que o ENEM e o SISU modificaram as formas de acesso à universidade pública. De acordo com

¹¹ Atualmente existem os *Campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia. Ademais, existem também polos em Brazlândia, Paranoá/ Itapoã, Sobradinho, Guará, São Sebastião, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

Borsato (2015), o modelo unificado de prova possibilitou maior mobilidade entre estudantes com a possibilidade de concorrer a vagas em diversas universidades do Brasil.

Entretanto, apesar de a autora afirmar que o SISU promove, de certa forma, a eliminação de barreiras geográficas para a realização do processo seletivo na instituição, ela também reconhece que isso não exclui as dificuldades socioeconômicas vividas por estudantes que conseguem usufruir das vantagens do SISU.

Além do SISU, salienta-se também como ação que estimula o acesso à educação superior pública a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, determina que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destaca-se que dentre esse número, metade é reservada para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*.

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —IBGE (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, Borsato (2015) aponta que apesar da lei estabelecer a reserva de vagas, não há a garantia de ocupação delas. Além disso, quando a universidade adota processos de seleção restritivos (como ocorre na UnB), a apropriação dessas vagas pode não estar abrangendo os estudantes pretos, pardos e indígenas.

Deste modo, faz-se indispensável um maior aprofundamento da discussão acerca das condições para permanência na universidade.

3.2 Assistência estudantil na UnB

A assistência estudantil objetiva proporcionar condições de permanência de estudantes dos cursos de graduação e contribuir para um melhor rendimento acadêmico destes, além de tentar diminuir os riscos de evasão acadêmica. Dessa forma, Estrada e Radelli (2014) mostram que a expansão do ensino superior trouxe como consequência a necessidade de se

discutir sobre meios de permanência dos estudantes nas instituições públicas, pois a gratuidade não garante a permanência dos discentes na universidade até a conclusão do curso.

Diante desta necessidade, Silva (2016) aponta que a assistência estudantil na UnB se constitui em um conjunto de programas e ações de garantia de direitos de cidadania aos estudantes.

Nesse sentido, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) é responsável pela operacionalização dos programas de assistência estudantil na UnB e tem como finalidade planejar, coordenar, desenvolver, controlar e avaliar os programas e projetos vinculados ao PNAES e à comunidade universitária.

A DDS foi criada a partir do ato da reitoria nº 429/86, é subordinada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e tem como responsabilidade realizar a seleção socioeconômica dos estudantes.

Ademais, destaca-se que de acordo com o Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão, realizado na instituição no ano de 2015, é responsabilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), com o apoio da comissão instituída para o orçamento participativo¹², definir os benefícios a serem concedidos aos estudantes, equilibrando as possibilidades orçamentárias e a existência de outras políticas assistenciais.

Conforme o Decreto nº 7.234 de 2010, cabe à instituição federal de ensino superior a função de definir os critérios e métodos de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados pelas políticas assistenciais vinculadas ao PNAE. Dito isso, para acessar os programas de assistência estudantil na UnB, é necessária a realização da avaliação socioeconômica.

Essa avaliação é destinada a estudantes regularmente matriculados em disciplinas dos cursos presenciais de graduação nos *campi* Darcy Ribeiro (Plano Piloto), Faculdade- UnB- Ceilândia (FCE), Faculdade UnB- Gama (FGA) e Faculdade UnB- Planaltina (FUP). O processo em questão é regido por meio de edital próprio divulgado a cada início de semestre.

A partir da análise dos documentos solicitados pela DDS, identificamos que os estudantes são classificados como participantes do Programa de Assistência Estudantil (PPAES) quando estes comprovam situação socioeconômica insuficiente para sua manutenção e permanência na universidade.

Em conformidade com o Edital nº1 — 2º/2016, os critérios para que o estudante seja inserido no PPAES estão de acordo com o que determina o Artigo 5º do PNAES, ou seja,

¹² Segundo o documento, a DDS instituiu o orçamento participativo visando diagnosticar demandas e discutir prioridades da assistência estudantil com o corpo discente (CGU, 2015).

prioritariamente estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar *per capita* de até 1,5 (um e meio) salário mínimo. Além disso, a avaliação socioeconômica considera também outros elementos. São eles:

- Renda familiar (somatório de todos os rendimentos das pessoas físicas que compõem o núcleo familiar, de eventuais pessoas jurídicas - empresa ou pequenos negócios - e renda de capital ou bens imóveis).
- Profissão/ocupação e nível de escolaridade do(s) mantenedor(es) ou cônjuge.
- Grupo familiar (o número de membros declarados no formulário socioeconômico e comprovados mediante documentação).
- Local de moradia do estudante e da família.
- Despesas da família com aluguel ou com financiamento da casa própria.
- Pessoas diagnosticadas com doenças graves, degenerativas, crônicas e pessoas com deficiência.

Nos casos em que o estudante é considerado com situação socioeconômica suficiente para sua permanência na universidade, ele é classificado como Não Participante do Programa de Assistência Estudantil (NPPAES).

Nesse contexto, cabe ressaltar que, até os editais anteriores ao ano de 2013, essa classificação era realizada de outra maneira. Os estudantes eram categorizados em grupos, de acordo com a situação socioeconômica, onde o grupo I incluía os alunos com situação considerada insuficiente para a sua manutenção na universidade, o grupo II que era composto pelos estudantes em situação considerada parcialmente insuficiente e o grupo não prioritário, integrado pelos acadêmicos com renda considerada suficiente para sua permanência na universidade.

Com a mudança, os grupos I e II passaram a compor o conjunto de estudantes classificados como PPAES e o não prioritário, passou a ser considerado NPPAES.

Nesse viés, os programas de assistência estudantil da UnB são destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ressalta-se que vulnerabilidade é entendida por Miotto (2000) como termo utilizado para caracterizar indivíduos ou grupos em situação de fragilidade no que se refere a promoção, proteção ou garantia de direitos e cidadania.

Desse modo, Petrini (2003) *apud* Gomes & Pereira apontam que quando as famílias encontram dificuldades para cumprir suas tarefas básicas, bem como socialização e suporte aos seus membros, são criadas situações de vulnerabilidade.

Portanto, vulnerabilidade social pode ser entendida com uma das expressões da “questão social”. Destaca-se que o termo vulnerabilidade é adotado constantemente como critério de acesso as políticas sociais. Porém este é reduzido ao conceito de pobreza. De acordo com Pererira; Amorim (2010), ao serem utilizados métodos reducionistas para definir pobreza, como o critério de corte a partir do salário mínimo, por exemplo, tornam as políticas sociais mais focalizadas.

Nesse sentido, a assistência estudantil da UnB entende como estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica àquele que não possui meios, ou os possui de maneira insuficiente para garantir sua permanência na universidade.

De acordo com o edital n° 1 – 2º/ 2016 da DDS, que dispõe sobre a avaliação socioeconômica para acesso de estudantes caracterizados em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UnB, são ofertados seis programas de assistência estudantil financiados pelo PNAES e também pela FUB, que são: a moradia estudantil, auxílio socioeconômico, auxílio emergencial, refeição gratuita no Restaurante Universitário, descontos de 50% na livraria da UnB e também cotas para cursar na escola de línguas da universidade.

É importante destacar que o acesso à alguns programas da assistência estudantil, estava ligado à ideia de contrapartidas, ou seja, os estudantes eram condicionados a participarem de algum projeto de natureza acadêmica. No entanto, a partir da publicação do edital n° 1-1º2013, essa condicionalidade deixou de existir.

Entretanto, não há um consenso em âmbito nacional no que se refere a essa questão. De acordo com a proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas de ensino superior, realizada em 2001, os programas e projetos de assistência estudantil deveriam ser desenvolvidos associados ao ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, Leite (2013) critica a maneira que a política de assistência estudantil se configura na maioria das universidades. De acordo com a autora, há na verdade uma ocultação de trabalho sob a legenda de bolsa. Ademais, o caráter restritivo dos programas ofertados reafirma a ideologia de “políticas pobres para os pobres”.

Assim sendo, a ideia de trabalhar em troca de auxílio acaba se tornando um obstáculo para a diplomação desses estudantes, tornando ainda mais desigual a permanência desses alunos em relação aos demais discentes nas universidades. Dessa forma, segundo a autora,

Estão a se formar duas qualidades de estudantes: aqueles mais bem aquinhoados financeiramente, que podem usufruir da universidade no que ela tem de melhor – ensino/pesquisa/extensão – porque podem concorrer a bolsas de formação acadêmica; e os carentes, que deverão trabalhar em troca de sua permanência na universidade. Continuarão sem acesso à pesquisa em suas diversas modalidades, e às

bolsas de formação acadêmica. Uma vez pobres, deverão permanecer como tal no curso universitário (LEITE, 2013, p. 468).

Além destes seis programas, a UnB também incorporou às políticas de assistência estudantil o programa Bolsa Permanência do MEC, pago diretamente pelo Ministério da Educação. A DDS é a responsável também pelo processo de avaliação socioeconômica deste programa.

Destaca-se que o programa era destinado a estudantes e situação de vulnerabilidade social, matriculados em cursos de graduação com carga horária diária mínima de 5 horas. No entanto, a partir da divulgação do Ofício- circular n° 2/2016/DIPES/ SESU/SESU-MEC, esse programa passou a ser destinado exclusivamente a estudantes indígenas e quilombolas.

Essa mudança impactou diretamente nos programas de assistência estudantil da UnB, pois todos os estudantes beneficiários do programa Bolsa Permanência do MEC migraram para o programa Auxílio Socioeconômico, o que ocasionou no aumento da demanda reprimida.

O quadro a seguir (Quadro 4) foi elaborado a partir das informações disponibilizadas pela DDS acerca dos programas de assistência estudantil ofertados pela UnB e descreve o objetivo de cada programa:

Quadro 3 — Programas de assistência estudantil ofertados pela UnB

Acesso à Língua Estrangeira
Disponibiliza, aos estudantes classificados como PPAES, em cada semestre até uma vaga por turma, na escola de línguas da UnB (UnB idiomas)
Alimentação Gratuita no Restaurante Universitário (Ru)
Garante aos estudantes classificados como PPAES acesso gratuito às refeições servidas pelo RU
Auxílio Socioeconômico
Consiste no auxílio mensal de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).
Auxílio Emergencial
Destinado aos estudantes em dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas que colocam em risco a sua permanência na Universidade.
Moradia Estudantil

Destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente àqueles cujas famílias residam fora do DF e excepcionalmente aos estudantes residentes no DF proveniente de zonas rurais e de difícil acesso ao campus. É disponibilizado nas modalidades: vaga em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU/UnB) e em forma de pecúnia no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) mensais.

Vale-Livro

Disponibiliza aos estudantes classificados como PPAES 05 (cinco) vales por semestre, com desconto de 10% além dos 40% concedidos à comunidade acadêmica.

Fonte: DDS (2016)

Diante do exposto, cabe um maior aprofundamento acerca dos programas descritos no Quadro 24. Verifica-se que apenas dois dos seis programas destacados são caracterizados exclusivamente por pecúnia, além da moradia estudantil que é ofertada em duas modalidades.

3.2.1 Acesso a língua estrangeira

É desenvolvido em parceria com o Programa de Extensão UnB Idiomas, e são disponibilizadas, segundo a DDS informa, até duas vagas por turma em cada semestre nos cursos de línguas isentas de mensalidade.

Nesse sentido, utilizando os indicadores proposto por Boschetti (2009) é possível analisar este programa de assistência estudantil a partir do quadro a seguir (Quadro 5):

Quadro 4 — Indicadores para avaliação do programa “Acesso a língua estrangeira”

INDICADOR 1 — Natureza dos Programas			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante			X
Caráter Universal		X	
Pecúnia		X	
Programa Contínuo		X	
INDICADOR 2 — Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		

Quantidade de estudantes atendidos pelo programa		Dado não obtido	
INDICADOR 3 — Critérios de Acesso e Permanência			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Critério de Renda	X		

Fonte: Produção da autora (2016)

A partir das informações expostas no quadro, nota-se que o programa em questão não possui caráter universal, e isso se explica pelo fato de se propor a atender apenas 1 estudante PPAES por turma nos cursos de línguas em parceria com a UnB idiomas. Além disso, observa-se que o critério de renda é presente, o que confirma o caráter seletivo da política de assistência estudantil na UnB.

3.2.2 Alimentação gratuita no Restaurante Universitário — RU

Permite aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o acesso gratuito as refeições, que consistem em café da manhã, almoço e jantar, servidas nos RUs. Segundo Silva (2016), o café da manhã passou a compor as refeições subsidiadas ao público atendido pela DDS somente no ano de 2010, posto que até 2009 eram servidos apenas almoço e jantar.

Destaca-se que existem unidades do RU nos *campi* Darcy Ribeiro, Ceilândia, Gama e Planaltina. Sendo que no campus Darcy Ribeiro o restaurante funciona todos os dias, inclusive nos finais de semana, e nos demais *campi* o funcionamento se restringe aos dias úteis

Sendo assim, o quadro abaixo (Quadro 6) possibilita a sistematização da análise desse programa.

Quadro 5 — Indicadores para avaliação do programa “Alimentação gratuita no RU”

INDICADOR 1 — Natureza dos Programas			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante	X		
Caráter Universal		X	

Pecúnia	X		
Programa Contínuo	X		
INDICADOR 2 — Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa	Dado não obtido		
INDICADOR 3 — Critérios de Acesso e Permanência			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Critério de Renda	X		

Fonte: da autora (2016)

O programa também oferece o benefício em forma de pecúnia financeira que é concedido aos estudantes dos novos *campi*. O auxílio é de R\$ 15,00 para cada dia que o RU permanece fechado nestes locais. Destaca-se que em casos em que o RU do campus Darcy Ribeiro necessite fechar, é garantido aos alunos PPAES deste campus o benefício em dinheiro.

Quanto à abrangência do benefício, não foi possível localizar dados quantitativos acerca dos usuários atendidos, porém, de acordo com o Relatório Anual de Gestão da UnB de 2015, no referido ano foram servidas 436 mil refeições pelo RU.

O Restaurante Universitário recentemente passou pelo processo de privatização. Antes o RU era gerido pela administração da UnB, no entanto, seguindo os moldes da atual conjuntura de contrarreformas por parte do Estado, o restaurante passou a ser administrado por uma empresa do setor privado.

Sobre as tarifas aplicadas atualmente pelo restaurante, pode-se observar os preços na figura seguir (Quadro 7):

Quadro 6 — Tarifas

Usuário	Documento Necessário	Preço (R\$)
GRUPO I - Estudantes participantes dos programas de assistência estudantil e estudantes indígenas (convênio FUNAI)	Identidade estudantil e comprovante da DDS	GRATUITO
GRUPO II - Estudantes estrangeiros PEC-G	Identidade estudantil e comprovante de matrícula válido ou declaração de vínculo estudantil emitido pela UnB	1,00
GRUPO III - Estudantes de graduação, pós-graduação e servidores	Identidade estudantil e comprovante de matrícula válido ou declaração de vínculo estudantil emitido pela UnB. Servidores - Apresentação do crachá funcional ou último contracheque e documento com foto	2,50
GRUPO IV - Visitantes*	---	Desjejum 9,00
		Almoço 15,00
		Jantar 15,00

Fonte: RU, 2015

Verifica-se, no quadro acima, a existência de uma classificação dos usuários do RU. Assim é possível perceber que o grupo I compreende os estudantes classificados pela DDS como PPAES e também os estudantes indígenas. Para esses estudantes a alimentação é gratuita.

O grupo II é composto por estudantes estrangeiros oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais (PEC-G) que pagam o valor de R\$ 1,00 por refeição. Já o grupo III abrange toda a comunidade acadêmica (estudantes e servidores) e pagam o valor de R\$ 2,50 a cada refeição. O grupo IV engloba os visitantes da comunidade. A esse último grupo é cobrado o valor de R\$ 15,00 por refeição.

3.2.3 Auxílio socioeconômico

O auxílio é destinado aos estudantes PPAES dos cursos presenciais de graduação. Objetiva minimizar as desigualdades sociais, além de contribuir para a permanência na UnB e

promover meios que garantam a diplomação dos estudantes atendidos. Constitui-se em auxílio mensal no valor de R\$ 465,00.

O quadro 8 permite a análise destes benefícios de acordo com os indicadores propostos por Boschetti (2009).

Quadro 7 — Indicadores para avaliação do programa “Auxílio socioeconômico”

INDICADOR 1 — Natureza dos Programas			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante	X		
Caráter Universal		X	
Pecúnia	X		
Programa Contínuo	X		
INDICADOR 2 — Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa	2.259		
INDICADOR 3 — Critérios de Acesso e Permanência			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Crítério de Renda	X		

Fonte: Produção da autora (2016)

A partir do quadro, nota-se que o programa em questão possui condicionalidades como requisitos específicos necessários para que o estudante possa ter acesso a ele. Estes requisitos ditam que, de acordo com o edital N.01 – 2²/2016, o estudante deverá estar matriculado no mínimo de créditos exigidos pelo respectivo curso (exceto calouros e formandos). Ademais, o processo seletivo para o programa é realizado através de edital próprio, divulgado a cada início de semestre.

Observa-se que este programa não tem caráter universal. Atualmente o programa abrange apenas 5,1% do total de estudantes de graduação matriculadas/os na UnB. O caráter

seletivo e focalizado deste programa também foi evidenciado pela diretora da DDS durante entrevista.

3.2.4 Auxílio Emergencial

Destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação que se encontram em situações de desigualdades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, que colocam em risco sua permanência na Universidade.

Em conformidade com a Resolução 0109/2013 da Reitoria da UnB, estas situações são analisadas pela equipe de assistentes sociais da DDS/DAC. Além disso, os recursos financeiros são provenientes do PNAES e são concebidos de acordo com a disponibilidade orçamentária da UnB.

Deste modo, o quadro a seguir (Quadro 9) ilustra de maneira sucinta a análise quanto a natureza, abrangência, acesso e permanência do programa de auxílio emergencial disponibilizado pela DDS:

Quadro 8 — Indicadores para avaliação do programa “Auxílio emergencial”

INDICADOR 1 — Natureza dos Programas			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante	X		
Caráter Universal		X	
Pecúnia	X		
Programa Contínuo		X	
INDICADOR 2 — Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa	333		
INDICADOR 3 — Critérios de Acesso e Permanência			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido

Critério de Renda	X		
--------------------------	---	--	--

Fonte:Produção da autora (2016)

A partir do quadro acima, é possível notar que o benefício é caracterizado por pecúnia financeira. De acordo com informações disponibilizadas pela DDS, o valor do benefício é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). O estudante poderá receber até o limite de três auxílios no semestre se a situação de vulnerabilidade inesperada e momentânea persistir.

Deste modo, o programa pode ser caracterizado como focalizado, residual e momentâneo, posto que visa apenas atender à demanda pontual por parte dos estudantes PPAES de forma bastante restrita, evitando-se ao máximo a concessão deste benefício.

A resolução 0109/2013 destaca ainda que o primeiro auxílio emergencial pode ser concedido a estudantes que não tenham estudo socioeconômico realizado pela DDS/DAC. Contudo, podem ser realizadas, pela equipe responsável, visitas domiciliares e solicitações de documentos comprobatórios.

3.2.5 Moradia estudantil

O programa é destinado a estudantes classificados como PPAES, de maneira a priorizar àqueles cujas famílias residam fora do DF e não possuem imóveis na região. Excepcionalmente, o programa pode atender estudantes que residam no DF, desde que estes morem em zonas rurais ou regiões de difícil acesso ao campus de origem ou que residem. De acordo com a assistente social da CEU, o prédio é composto por 2 blocos e possui 90 apartamentos, e atualmente aproximadamente 300 estudantes residem na Casa do Estudante Universitário.

De acordo com os indicadores propostos por Boschetti (2009), o quadro a seguir (Quadro 10) expõe sistematicamente a análise deste benefício:

Quadro 9 — Indicadores para avaliação do programa “Moradia estudantil”

INDICADOR 1 – Natureza dos Programas			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante	X		
Caráter Universal		X	

Pecúnia	X		
Programa Contínuo	X		
INDICADOR 2 — Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa	1.221		
INDICADOR 3 – Critérios de Acesso e Permanência			
Critérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Critério de Renda	X		

Fonte: Produção da autora (2016)

Para estudantes do campus Darcy Ribeiro, o programa é disponibilizado em duas modalidades, ou seja, em forma de pecúnia ou vaga em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU/UnB).

Os estudantes residentes no DF cadastrados no programa possuem apenas pecúnia, sendo a vaga no apartamento direcionada prioritariamente para estudantes residentes fora do DF. Destaca-se que a modalidade pecúnia é caracterizada pelo auxílio mensal no valor de R\$ 530,00 conforme informação disponibilizada pela DDS.

Dos estudantes usuários desse programa, aproximadamente 300 utilizam o benefício na modalidade de serviço (vaga em apartamento) e aproximadamente 900 utilizam o benefício na modalidade de pecúnia financeira. Nota-se, portanto, surpreendentemente, o caráter predominantemente financeiro deste benefício. De modo geral, esse programa abrange 2,7% da totalidade de estudantes da graduação da Universidade de Brasília.

3.2.6 Vale livro

Conforme a DDS informa, este programa é desenvolvido em parceria com a Editora UnB que disponibiliza aos estudantes inseridos no PPAES, cinco vales por semestre, com desconto de 10% além dos 40% concedidos a toda comunidade acadêmica, totalizando 50% de desconto em livros da editora.

Dessa forma, o quadro abaixo (Quadro 11) sistematiza a análise deste programa:

Quadro 10 — Indicadores para avaliação do programa “Vale livro”

INDICADOR 1 — Natureza dos Programas			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Reconhecido por legislação ou semelhante			X
Caráter Universal		X	
Pecúnia			X
Programa Contínuo			X
INDICADOR 2 – Abrangência dos Programas			
Quantidade de estudantes de graduação da UnB	44.388		
Quantidade de estudantes atendidos pelo programa	Dado não obtido		
INDICADOR 3 – Critérios de Acesso e Permanência			
Crítérios	Presente	Ausente	Dado não obtido
Crítério de Renda	X		

Fonte: Produção da autora (2016)

A partir do quadro, é possível observar o caráter seletivo deste programa, pois os dados acerca dele são de difícil obtenção, evidenciando a falta de divulgação para os discentes sobre os programas de assistência estudantil da DDS, em especial este programa.

Ademais, a quantidade de vales disponibilizados, além da porcentagem de desconto em livros concedida aos estudantes PPAES, é muito pequena, considerando o quantitativo de estudantes atendidos pela assistência estudantil da UnB.

3.3 Análise da assistência estudantil da UnB

Está consignada na sociedade atual a necessidade de democratização do ensino superior que deve se dar não apenas com a ampliação das vagas para estudantes, mas, também, acompanha esse processo a instituição de mecanismos para a permanência dos discentes. Nesse sentido, Cislighi (2010) afirma que a consolidação do REUNI obteve maior

aceitação da sociedade porque se apropriou de bandeiras que reivindicavam a expansão de vagas no ensino superior público.

No entanto, a autora pontua que esse movimento está atrelado a uma reorganização do modelo das universidades já propostos pelos parâmetros capitalistas, que preconizam a educação como mercadoria, conforme já discutido nos capítulos anteriores.

Leite (2012) afirma que a conjuntura contemporânea é marcada pela ofensiva neoliberal e a focalização das políticas públicas. Nas palavras dela, “expande-se um contingente de alunos que não consegue se manter na universidade, seja pela democratização do acesso da classe trabalhadora à universidade, seja pelo processo de empobrecimento brutal a que a população brasileira vem sendo submetida” (p. 462).

Segundo Osse (2013), para a Universidade conseguir exercer o papel de oferecer educação e coletividade ao indivíduo, é necessário que a instituição propicie a democratização do acesso à educação superior gratuita, além de garantir condições de permanência e conclusão dos cursos dos estudantes que nela ingressam. Segundo a autora,

É necessário associar a qualidade de ensino uma política efetiva de assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de transporte, de inclusão digital, de apoio acadêmico e de outras condições (OSSE, 2013, p.21-22).

No contexto da UnB, observa-se que, a universidade conseguiu atingir a meta proposta pelo REUNI de ampliar o número de oferta de vagas nos cursos de graduação, conforme analisado no quadro 1. No entanto, Brito pontua algumas críticas e impasses sobre esse processo, são eles:

a) crescimento desordenado dos cursos, sem muitas vezes, atender ao interesse da sociedade; b) precarização da mão de obra docente; c) expansão de vagas em cursos que não possuíam demanda efetiva; d) criação de cursos sem pesquisa de mercado e sem espaço para seus respectivos egressos; e) necessidade de formação para o corpo de servidores da universidade; f) necessidade do repensar crítico sobre a universidade e a perspectiva de recriá-la; g) por fim, a ampliação da estrutura física sem a contrapartida na matriz orçamentária (2013, p. 183).

Diante do exposto, destaca-se que, de acordo com os dados do Relatório Anual de Gestão de 2015, no referido ano foram matriculados 44.388 estudantes nos cursos de graduação. No que tange os beneficiários dos programas de assistência estudantil na UnB, o documento demonstra que o número de 4.816 estudantes foi atendido. Ou seja, apenas 10,8% dos estudantes de graduação foram atendidos pelos programas de assistência estudantil na UnB.

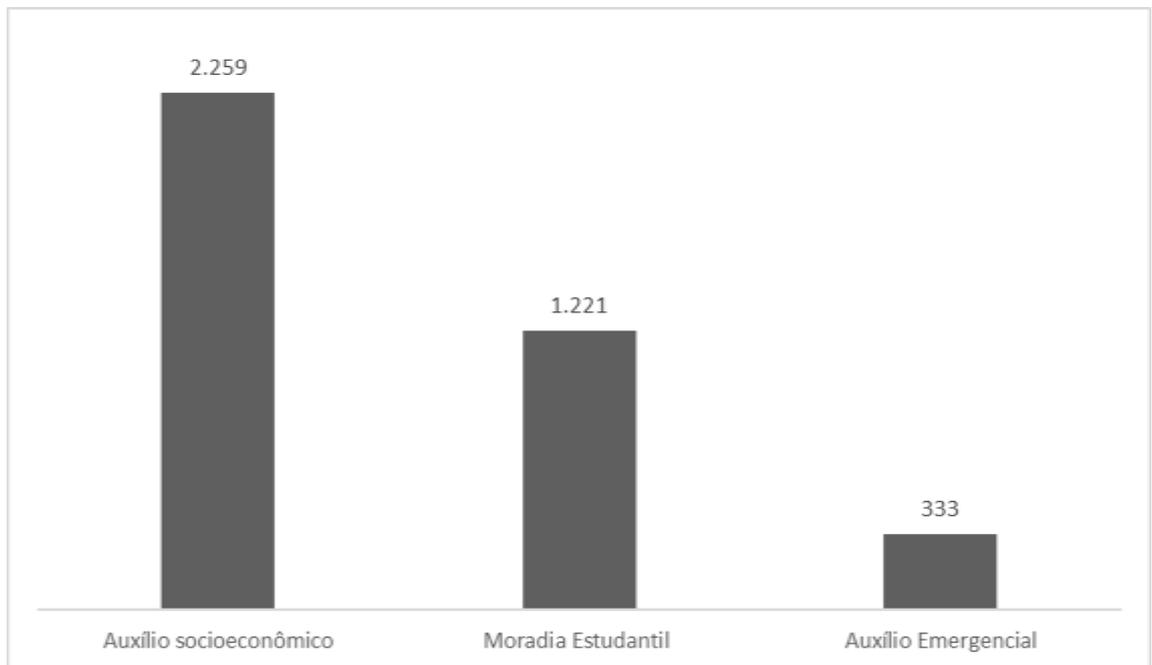
A pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras, realizada pelo FONAPRACE em 2014,

afirma que cerca de 65% dos estudantes da IFES necessitam de algum tipo de apoio institucional para sua permanência e conclusão dos cursos.

Dessa forma, nota-se que o número de estudantes atendidos pela assistência estudantil da UnB é pequeno, tendo em vista a expansão de vagas, por meio de mecanismos de seleção mais abrangentes, além de ações afirmativas como as cotas sociais, por exemplo, já mencionadas anteriormente.

A respeito do quantitativo de estudantes atendidos pelos programas que consistem em auxílios financeiros, tais como o auxílio socioeconômico, auxílio emergencial e moradia estudantil, o gráfico (Gráfico 1) a seguir demonstra o número de benefícios concebidos no ano de 2015.

Gráfico 1 — Benefícios (2015)



Fonte: Produção da autora (2016), com os dados do Relatório Anual de Gestão

Observa-se que 2.259 estudantes foram atendidos pelo Programa Auxílio Socioeconômico. De acordo com a diretora da DDS, esse é o programa com maior procura por parte dos estudantes. Contudo, segundo a servidora, por ser o auxílio mais solicitado, é também o programa com maior índice de demanda reprimida.

A diretora informou que no ano de 2014, ocorreu uma reunião com representantes das diretorias, decanatos e institutos da UnB, em que foi construído um planejamento estratégico institucional. Esse planejamento tinha como meta a ser cumprida até o ano de 2017 aumentar em 30% ao ano o número de vagas nos programas de assistência estudantil da universidade. No entanto essa meta ainda não foi atingida.

Ademais, nota-se que, no universo de 4.816 estudantes classificados como PPAES, o número de beneficiários do auxílio socioeconômico é insatisfatório, pois, de acordo com os critérios estabelecidos pela DDS, mesmo que o estudante seja considerado com renda insuficiente para sua permanência, o único benefício garantido é apenas o acesso a alimentação gratuita no restaurante universitário.

Percebe-se, portanto, que não basta que os estudantes estejam em situação de vulnerabilidade social para ter acesso a todos os benefícios; é necessário que estes estejam em situação mais vulnerável que todos os outros estudantes para terem acesso ao auxílio socioeconômico, por exemplo.

Isso segue a tendência das políticas sociais no Brasil, sempre direcionadas a um grupo muito restrito da população pauperizada, excluindo boa parte das pessoas que também necessitam destas políticas, mas não são contempladas por não atenderem aos critérios de renda estabelecidos – com o objetivo principal de restringir o acesso das pessoas.

Destaca-se que todos os estudantes classificados como PPAES possuem acesso gratuito ao RU. Dessa forma, diante dos dados expostos pelo documento, em 2015 foram servidas 436 mil refeições para esse grupo de estudantes.

Retornando aos dados do gráfico, nota-se que 1.221 estudantes foram atendidos pelo programa moradia estudantil. Salienta-se que dentre esse número, 957 estudantes foram beneficiados com Auxílio Moradia em pecúnia no valor de R\$ 530,00 mensais, enquanto apenas 264 foram beneficiados com as vagas nos apartamentos da CEU.

Ressalta-se ainda que o prédio é composto por 90 apartamentos e possui 360 vagas, sendo apenas dois apartamentos adaptados para pessoas com deficiência. Nesse sentido, a assistente social da CEU chama a atenção para a questão da acessibilidade, questão essa preconizada no Decreto nº 7.234 de 2010, que determina como uma das ações da assistência estudantil o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Segundo ela, os apartamentos ditos adaptados por possuírem elevadores e corrimões, atendem apenas os estudantes cadeirantes, e as demais limitações de estudantes com deficiência acabam não sendo atendidas.

Outro problema apontado pela assistente social foi o fator de limite de idade que passou a compor o edital para acesso ao programa nesse último semestre (2º/2016). De acordo com o edital, foi estabelecido o limite de 24 anos para o estudante acessar o Programa Moradia estudantil. De acordo com a servidora, essa limitação já havia sido levantada pela equipe da CGCEU anteriormente, porém somente neste ano foi publicado em edital.

Essa limitação torna o processo para obtenção do benefício ainda mais seletivo. Além disso, vai na contramão do que preconiza o PNAES, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Essa limitação é problemática, pois se entendemos que o PNAES é destinado aos jovens estudantes do ensino superior público, é necessário retomar ao conceito de juventude descrito no Estatuto da Juventude que considera jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos.

Entretanto, com a expansão de vagas nas instituições de ensino superior públicas, houve o aumento de pessoas mais velhas ingressando no ensino superior. Cabe sublinhar que uma parte dessas pessoas se insere no perfil socioeconômico dos estudantes cadastrados nos programas de assistência estudantil.

Mediante a esse fato, mesmo entendendo que o termo juventude classifica pessoas de 15 a 29 anos, utilizar do fator de limite de idade na política de assistência estudantil na UnB dificulta ainda mais o acesso aos programas de assistência estudantil, favorecendo assim o aumento no índice de evasão dos cursos de graduação pelo fato de essas pessoas precisarem deixar de estudar para trabalhar e assim garantir o seu sustento.

Outro aspecto importante verificado no gráfico acima foi a quantidade de auxílios emergenciais fornecidos, que totalizaram 333 no ano de 2015. Acerca desse programa, nota-se que se trata de um auxílio pontual, concedido em momentos emergenciais, em que o estudante não teve a opção de se preparar para aquela situação. Assim, percebe-se o caráter focalizado contido nesse programa, pois, mesmo o estudante tendo a possibilidade de receber o benefício sem a realização do estudo socioeconômico (isso só é possível na primeira concessão, a partir da segunda o estudante deve, obrigatoriamente, realizar o estudo), é realizada uma avaliação de documentos comprobatórios da situação inesperada pela equipe de assistente sociais e, quando necessário é realizada visita domiciliar.

Diante disso, nota-se que a política de assistência estudantil na UnB se configura de maneira seletiva, pontual e focalizada, em conformidade com o afirmado por Leite (2013) sobre a assistência estudantil brasileira que se contrasta entre seletividade e universalidade. Ou seja, os programas existentes na UnB são focalizados e situacionais, e pouco atuam com vista a modificar de fato a situação socioeconômica do estudante.

Considerações finais

O presente trabalho teve como finalidade analisar como se configuram os programas de assistência estdantil da UnB. Nesse sentido, realizar essa análise é fundamental para compreender como as políticas sociais se inserem na lógica capitalista, haja visto que o Estado atua de modo a garantir a supremacia do capital.

Nota-se que esse cenário faz com que as políticas sociais se caracterizem por políticas assistencialistas e focalizadas. Destaca-se ainda que esse processo tem sua gênese nos modos de produção capitalista, que exercem influência nas relações sociais, além de influenciar nas relações trabalhistas. Cabe ressaltar que a educação também se insere nesse contexto.

Tendo em vista que o avanço do neoliberalismo no Brasil reatualiza e reconfigura o papel do Estado que atua regulamentando alguns direitos sociais, porém suas ações se concentram na garantia da manutenção do sistema capitalista.

Assim, a educação superior pública no Brasil vem sofrendo retrocessos, no que se refere as conquistas obtidas por meio de reivindicações de diversos setores da sociedade, proporcionados pela conjuntura de contrarreformas postas pelo Estado.

Nesse sentido, Fiuza (2010) aponta para esse cenário representa o agudamento do ideário neoliberal que avança sobre os direitos dos trabalhadores e sobre o fundo público para garantir os interesses capitalistas em meio as crises estruturais cada vez mais recorrentes.

Diante disso, observa-se cada vez mais a intenção por parte de alguns segmentos da sociedade quanto a efetivação de um verdadeiro desmantelamento das políticas públicas, inserindo aqui educação superior pública.

Dessa forma, há a necessidade de sistematizar o debate acerca da verdadeira democratização do ensino superior. Isso deve ocorrer, na perspectiva de uma educação pública e universal.

A partir da realização da pesquisa foi possível verificar que apesar da política de assistência estudantil da UnB se configurar enquanto política seletiva, residual e focalizadas, ela ainda representa ferramenta considerável, no que tange a permanência de muitos estudantes no ensino superior público.

Entretanto, é essencial ter em mente que essa política deve ser concebida como direito, não se configurando apenas nessas características. Sendo assim, de acordo com Leite (2012), para garantir a efetivação dessa política enquanto direito é necessário que ela seja entendida como parte de um processo contínuo, onde esses direitos só serão efetivados quando a política for entendida como de caráter universal e atender a todos os estudantes.

Referências

- ALMEIDA, Ney L. T. Educação pública e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 63, 2000.
- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, J. Estudante diz ter encontrado larva no almoço do RU da UFPB. *G1*, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/07/estudante-diz-ter-encontrado-larva-no-almoco-do-ru-daufpb.html>>. Acesso em: 02 jan. 2016.
- ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. *Serviço Social em Revista*, v.5, n.1, p.1-9, 2009.
- ANDIFES. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília; TC Gráfica e Editora, jun. 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Unicamp/Cortez, 2000.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0d/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR — ANDIFES. *Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES*. Brasília: FONAPRACE, 2001. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- APPOLINÁRIO, Fábio. *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
- BEHRING, Elaine Rosseti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. 760 p.
- _____. *Fundamentos de política social*. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Cortez, 2007.
- _____. Política Social no contexto da crise capitalista. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília : CFESS, 2009. 760 p.

BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula, *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 17, 2003.

BORSATO, Francieli Piva. A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Londrina. *Anais...* Londrina: UEM, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete, et al (Org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. 760 p.

_____. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *D.O.U.* de 20 de julho de 2010.

_____. Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação I. *Relatório de avaliação de gestão*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/8165_%20Relat%C3%B3rio%20201504852%20-%20FUB.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2016.

_____. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão*. 10. ed. [Brasília]: CFESS, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras e dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras e dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário. *Diário Oficial na União*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Decreto nº 7.234, de 20 de dezembro de 2010: Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Decreto nº 7.234, de 20 de dezembro de 2010: Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2010.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. *O que é o REUNI*. mar. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. PNAES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/308-programas-e-acoes-1921564125/escola-aberta-1292141788>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. *Diário Oficial*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://permanencia.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. *ProUni*: apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*: diretrizes gerais. ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

_____. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

BRITO, Maria Ivoneide de Lima. Implementação do Reni na UnB (2008 – 2011): Limites na ampliação de vagas e redução da evasão. Brasília, 2013.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Aurora*, São Paulo, v. 2, n. 1, 2008.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, São Paulo, n. 5, fev. 2001. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 31 nov. 2016.

CISLAGH, Juliana Fiuza. *Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma brasileira*. Rio de Janeiro, 2010.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. Plano Nacional de Assistência Estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais: abrindo o debate. ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, São Paulo, v. 49, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2383/1943>>. Acesso em: 28 out. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César França (Org.); NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

DDS. Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social. *Decanato de Assuntos Comunitários — DAC*. Brasília, 2015.

ESTRADA, A. A.; RADAELLI, A. Permanência na educação superior: aspectos da assistência estudantil. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 1, p. 1-10, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Roussef (1995-2001). In. *Linhas Críticas*. Brasília, DF, n.36, p.455-472. 2012.

FONSECA, Dirce Mendes da. *A ideia da Universidade de Brasília: uma análise do discurso*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1997. Mimeografado.

FREITAS, Nathália Eliza de. *A materialização do SUAS no DF: O Estado garantindo a primazia no setor privado*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9524/1/2011_NathaliaElizadeFreitas.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ANDIFES. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: . Acesso em: 15/11/2016.

_____. Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais. 2001. Disponível em: Acesso em: 15 de março 2015. 69

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Relatório de gestão do exercício de 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Gestao_2013.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

GOMES, Monica Araujo; PEREIRA, Maria Lucia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>> acesso em 05/11>. Acesso em: 15 nov. 2016.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 21, 2008. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r5811Ax.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

IANNI, Octavio (Org.). *Karl Marx: Sociologia*. 6. ed. São Paulo: Ática. 1998.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. *Metodologia de pesquisa: um guia prático*. Bahia, 2010

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro*, v.1, n.3, p.19-30, 1999.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LIMA, K. R. de S. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço social frente à crise contemporânea. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. 408 p.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. Cortez. São Paulo 2006

NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004

OLIVEIRA, Heverson Cid. *Gastos públicos federais x ensino superior x expansão da Universidade de Brasília - UnB*. 2013. vi, 68 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13958/1/2013_HeversonCidOliveira.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

OSSE, Cleuser Maria Campos. *Saúde mental de universitários e serviços de assistência estudantil: estudo multiaxial em uma universidade brasileira*. 2013. xiii, 246 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- PARENTE, Andréa Pinto Graça. *Da legislação à prática: uma análise do programa auxílio permanência, da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social*. 2013. 118 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, 2008.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Política social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.
- PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda Silva. A nova configuração da assistência estudantil. In: FONAPRACE (Org.). *Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. PROEX, 2012.
- PRESTES, Livia. *O neoliberalismo e a política de assistência estudantil no processo de contrarreforma na educação superior pública brasileira*. 2014. 84 f.
- REIS, Luiz Fernando. *Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais*. 2016
- SANTOS, Eliane Carvalho dos. A reestruturação capitalista e sua lógica excludente. *GeoAtos*, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/viewFile/274/elianen10v2>>. Acesso em: 03 abr. 2016.
- SANTOS, Fernando Soares dos. *Financiamento público das instituições federais de ensino superior - IFES: um estudo da Universidade de Brasília - UnB*. 2013. xii, 69 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SILVA, Pedro Vieira da. *Avaliação e importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília – UnB*. 2016. xiv, 84 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- SILVAS, Juliana Alvarenga; LIMA, Maria Célia Nogueira. O papel dos programas de assistência estudantil no contexto da expansão de direitos e da democratização das universidades públicas brasileiras. In: FONAPRACE (Org.). *Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. PROEX, 2012.
- SOARES, Raquel Cavalcante. Mundialização do capital e contra-reforma do estado brasileiro: o importante papel ideológico-político do Banco Mundial. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/8091f8a299ae b828a8b0Raquel%20Cavalcante.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.
- SOUSA, Maria Ivoneide de Lima. *Implementação do REUNI na UnB (2008 – 2011): limites na ampliação de vagas e redução da evasão*. 2013. xv, 251 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUSA, Neiva Lopes. *Serviço social e a política de assistência estudantil na UnB*. 2014. 66 f., il. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizjrbb1fHQAhWMfpAKHaGeB4oQFgghMAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.adrianonascimento.webnode.com.br%2F200000175-](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizjrbb1fHQAhWMfpAKHaGeB4oQFgghMAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.adrianonascimento.webnode.com.br%2F200000175-4316b440ff%2FYazbek%2C%2520Maria%2520Carmelita.%2520Estado%2520e%2520pol%25C3%25ADticas%2520sociais.pdf&usg=AFQjCNGigBdJxMg1_-eSzxrzBl6G1IqDKg&sig2=p7-7Lqpl-7TQCmUaOGdzFg&bvm=bv.141320020,d.Y2I)

[4316b440ff%2FYazbek%2C%2520Maria%2520Carmelita.%2520Estado%2520e%2520pol%25C3%25ADticas%2520sociais.pdf&usg=AFQjCNGigBdJxMg1_-](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizjrbb1fHQAhWMfpAKHaGeB4oQFgghMAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.adrianonascimento.webnode.com.br%2F200000175-4316b440ff%2FYazbek%2C%2520Maria%2520Carmelita.%2520Estado%2520e%2520pol%25C3%25ADticas%2520sociais.pdf&usg=AFQjCNGigBdJxMg1_-eSzxrzBl6G1IqDKg&sig2=p7-7Lqpl-7TQCmUaOGdzFg&bvm=bv.141320020,d.Y2I)

[eSzxrzBl6G1IqDKg&sig2=p7-7Lqpl-7TQCmUaOGdzFg&bvm=bv.141320020,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwizjrbb1fHQAhWMfpAKHaGeB4oQFgghMAE&url=http%3A%2F%2Ffiles.adrianonascimento.webnode.com.br%2F200000175-4316b440ff%2FYazbek%2C%2520Maria%2520Carmelita.%2520Estado%2520e%2520pol%25C3%25ADticas%2520sociais.pdf&usg=AFQjCNGigBdJxMg1_-eSzxrzBl6G1IqDKg&sig2=p7-7Lqpl-7TQCmUaOGdzFg&bvm=bv.141320020,d.Y2I)>.

Acesso em: 25 set. 2016.

APÊNDICE A —

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “O ACESSO E PERMANÊNCIA DAS/DOS ESTUDANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA- UNB”. O objetivo desta pesquisa consiste em caracterizar a estrutura da política de assistência estudantil da UnB, as implicações do atendimento aos estudantes usuários dessa política e em que medida colabora quanto ao acesso e permanência destes estudantes. Este projeto de pesquisa vincula-se ao Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido no âmbito do Departamento de Serviço Social da UnB, sob orientação da Docente Sandra Oliveira Teixeira.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la (o). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, mediante entrevista e gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista guiada por um roteiro de entrevista semiestruturada composto por questões abertas e fechadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado/a a participar.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a produção de conhecimento na área pesquisada. Após a finalização da pesquisa, comprometo-me a disponibilizar os dados obtidos com a pesquisa por meio da divulgação no site da UnB para acesso público.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento¹³.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode contatar a pesquisadora através do telefone (61) 99301-4124 ou pelo e-mail: lidy_gl@hotmail.com. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de 2016

¹³ De acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, constitui-se como direito deste profissional liberdade na realização de pesquisas e estudos, desde que estejam resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (artigo 2º, inciso i)

Roteiro Entrevista

- 1) Nome:
- 2) Existem resoluções específicas da política de assistência estudantil na Universidade de Brasília?
- 3) Como são definidos os critérios de acesso aos programas de assistência estudantil?
- 4) Como se caracteriza a relação entre instituição e alunos? Os estudantes participam de decisões sobre os programas de assistência estudantil na UnB?
- 5) Quais são os programas com maior demanda reprimida?
- 6) Como a instituição lida com essa demanda?
- 7) A instituição desenvolve ações que visem a ampliação do acesso?
- 1) Existe algum meio de avaliação da política/ atendimento por parte dos estudantes?
Sim () Não ()